

PLANO MUSEOLÓGICO
2012-2014
MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E
TRADICIONAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRA DA CULTURA

Marta Suplicy

PRESIDENTE DO IBRAM

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

EQUIPE DO MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

DIRETORIA INTERINA

Sonia Maria Gaudereto Duarte

EDUCATIVO

Manoella Évora Ramalho Gago

MUSEOLOGIA

Aline Costa Simões Cadaxo

NÚCLEO DE BIBLIOTECA ESPECIALIZADA E ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL - NBEAHR

Sonia Maria Gaudereto Duarte

Flávia Maria Franchini Ribeiro

Tatiana Bion Dias de Figueiredo

ADMINISTRAÇÃO

João Baptista Rabelo Castro

Priscila de Araujo Silva

RECEPÇÃO

Ana Maria Soares da Luz

MANUTENÇÃO

Francisco José Mendes Marins

Elias Bausen

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
1. HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO	07
1.1 O MUSEU	07
1.1.1 CONTEXTO	07
1.1.2 O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	09
1.1.3 DO ABANDONO À PRESERVAÇÃO: A CRIAÇÃO DO MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL	12
1.1.4 UM PERCURSO PELO ESPAÇO MUSEALIZADO	15
1.2 MISSÃO INSTITUCIONAL	17
1.2.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2.2 DIAGNÓSTICO GLOBAL	17
1.2.2.1 PONTOS FORTES	17
1.2.2.2 PONTOS FRACOS	17
2 PROGRAMAS E PROJETOS	
2.1 PROGRAMA INSTITUCIONAL	18
2.1.1 REGIMENTO INTERNO	18
2.1.2 ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU	19
2.1.3 REDE DE EDUCADORES DE MUSEUS	19
2.1.4 CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS	19
2.1.5 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E DESCARTE DE ACERVO	19
2.1.6 POLÍTICA DE CESSÃO DE IMAGEM	20
2.1.7 POLÍTICA DE EMPRÉSTIMO E CONSULTA DE ACERVO	20
2.1.8 POLÍTICA DE CESSÃO DE ESPAÇO E COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	21
2.1.9 POLÍTICA DE CHAVES.....	21
2.1.10 POLÍTICA DE PLANTÕES DE FIM DE SEMANA E FERIADOS.....	22
2.1.11 PROJETOS	22

2.2 PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS	23
2.2.1 QUADRO FUNCIONAL	23
2.2.2 SUBPROGRAMA DE VALORIZAÇÃO.....	25
2.2.3 SUBPROGRAMA DE CAPACITAÇÃO	25
2.2.4 SUBPROGRAMA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO	26
2.2.5 SUBPROGRAMA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE METAS	27
2.2.6 PROJETOS	27
2.3 PROGRAMA DE ACERVO	28
2.3.1 HISTÓRICO DOS ACERVOS	28
2.3.2 SUBPROGRAMA DE AQUISIÇÕES	30
2.3.3 SUBPROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO	31
2.3.4 SUBPROGRAMA DE CONSERVAÇÃO	33
2.3.5 SUBPROGRAMA DE RESTAURAÇÃO	35
2.3.6 PROJETOS	36
2.4 PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES	37
2.4.1 EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	37
2.4.2 EXPOSIÇÃO DE CURTA DURAÇÃO E ITINERANTES	40
2.4.3 PROJETOS	41
2.5 PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL	41
2.5.1 SUBPROGRAMA DE VISITAS MEDIADAS	42
2.5.2 SUBPROGRAMA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CULTURAIS.....	43
2.5.3 SUBPROGRAMA DE CURSO DE PATRIMÔNIO CULTURAL PARA PROFESSORES.....	43
2.5.4 PROJETOS	44
2.6 PROGRAMA DE PESQUISA	44
2.6.1 SUBPROGRAMA DE PESQUISA DE PERFIL DE PÚBLICO	45
2.6.2 SUBPROGRAMA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO	45
2.6.3 SUBPROGRAMA DE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	46
2.6.4 SUBPROGRAMA DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	46

2.6.5	SUBPROGRAMA DE ICONOGRAFIA RELIGIOSA.....	47
2.6.6	PROJETOS	47
2.7	PROGRAMA ARQUITETÔNICO.....	48
2.7.1	ESPAÇO DE FÍSICO E INSTALAÇÕES	48
2.7.2	HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES	50
2.7.3	SITUAÇÃO ATUAL DO MONUMENTO	53
2.7.4	PROJETOS	55
2.8	PROGRAMA DE SEGURANÇA	56
2.8.1	SUBPROGRAMA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM SITUAÇÕES DE RISCO.....	57
2.8.2	SUBPROGRAMA DE SEGURANÇA DO MONUMENTO E ENTORNO.....	58
2.8.3	SUBPROGRAMA DE SEGURANÇA DO ACERVO	58
2.8.4	SUBPROGRAMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV.....	60
2.8.5	SUBPROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA USO DO MATERIAL SOB GUARDA DA ADMINISTRAÇÃO E EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS PARA TERCEIROS.....	60
2.8.6	PROJETOS.....	61
2.9	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO	61
2.9.1	PLANOS DE AÇÃO ENVIADOS: 2010 -2012.....	63
2.10	PROGRAMA DE DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO	65
2.10.1	PROJETOS	66
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXO I - REGIMENTO INTERNO.....	71

APRESENTAÇÃO

O Mart pensando a si mesmo. Um desafio que nos é colocado periodicamente, quando da reformulação das diretrizes do Plano Museológico a cada três anos. Pensar-se é crescer em meio ao debate, às vezes árduo, mas sempre na perspectiva de aprendermos em meio ao diálogo para construir um Museu melhor juntamente com a sua comunidade.

Este Plano Museológico é a consequência do trabalho conjunto desenvolvido pela equipe multidisciplinar formada por servidores deste Museu, amigos e especialistas, que nos auxiliaram em diversos momentos. Após reflexões sobre as diretrizes que deverão nortear os programas e projetos necessários ao bom desenvolvimento das atividades propostas para o Museu de Arte Religiosa e Tradicional, foi consolidada a atualização do conteúdo desse instrumento integrador para a organização e planejamento das ações do Museu.

Os debates promovidos pelo grupo foram orientados pela legislação específica do IBRAM, de acordo com a lei 11.904/09, art.20, 40-47, que institui o Estatuto de Museus. Visando cumprir a preservação, valorização da memória local dos franciscanos e o papel plural do Museu na sociedade, o Mart mantém suas portas abertas ao público da região dos Lagos fluminense sempre buscando estreitar os laços com o público e o seu “Convento de Nossa Senhora dos Anjos”.

Sônia Maria Gaudereto Duarte

Diretora Interina

1 HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 O MUSEU

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Mart) está sediado no antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio na região dos Lagos fluminense. O monumento histórico localiza-se no centro da cidade, no Largo Santo Antônio. Além do Museu, o antigo Convento também abriga a Ordem Terceira Secular de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, ainda em atividade.

1.1.1 CONTEXTO

Cabo Frio é uma cidade turística com atrativos voltados para o turismo de sol e praia. De acordo com dados da Secretaria de Turismo de Cabo Frio, a cidade chega a atrair um número de visitantes quatro vezes maior que o de sua população em festas como o *réveillon*.

Essa demanda é fonte geradora de renda na cidade e se tornou há cerca de quatro décadas uma das principais economias do município. Sua atração está vinculada especificamente aos encantos naturais da região dos Lagos: sol o ano inteiro e território bordado por praias oceânicas e lacunares com areias brancas e águas cristalinas em tons que variam do esverdeado ao azul claro. Belos atrativos naturais que intensificam o tráfego de visitantes, que se deslocam entre localidades próximas, visitando parte da histórica região do Cabo Frio.

Aliado aos recursos naturais, a região oferece atrações que relatam a ocupação humana do território desde tempos remotos. Sítios arqueológicos, em grande quantidade no município, revelam a presença há cerca de cinco mil anos antes do presente de grupos de pescadores-coletores, os sambaquieiros, deixando marcas até o presente. São vestígios de uma cultura que se mantém preservada, especialmente na tradição pesqueira, até os dias atuais na região. A cultura sambaquieira sofreria alterações no início da Era Cristã, quando grupos migrantes da Amazônia e inimigos entre si, os Tupinambás e os Goitacás, se estabeleceram na região dos Lagos. Com esses grupos, os nativos aprenderam as técnicas da cerâmica e da agricultura.

Associados a esse legado, estão as construções e os hábitos tradicionais que relatam a ocupação do território no início do século XVI, quando as praias da região foram o cenário de contatos entre população nativa e europeus interessados no *ibirapitanga*, denominação tupi para o pau-brasil, matéria-prima da principal atividade econômica da América portuguesa até cerca de 1530. A cobiça de nações européias feria o monopólio português do pau-brasil e a aliança de nativos com

esses povos resultaria na Guerra de Cabo Frio, em 1575 e, posteriormente, na fundação da cidade de Santa Helena do Cabo Frio em 1615.

Monumentos ainda preservados e mesclados ao cenário urbano - transformado nas últimas décadas do século XX - informam sobre essa trajetória e revelam os ciclos econômicos por que passaria a região do Cabo Frio: após a exploração do pau-brasil, a fase da pecuária, a do áureo período da indústria salineira e, posteriormente, o da Companhia Nacional de Álcalis, criada na década de 1940, em Arraial do Cabo.

São fases da economia regional que influenciaram a cultura, refletindo-se na constituição e hábitos da população. Exemplo desta influência é o caçara, fruto da combinação entre índio e colono português, que se estabeleceu nos costões rochosos, restingas, mangues e encostas da Mata Atlântica local. O significado da palavra, tupi, remete a uma armadilha de galhos para pescaria.

Dos ancestrais indígenas, os habitantes herdaram a técnica de moldar o barro para fabricação de utensílios. Com forte influência lusa, exerciam fervorosamente o catolicismo e se esmeravam na organização das festas do ciclo religioso anual. Assim, promoviam grandes encontros com a participação de localidades vizinhas num rico intercâmbio de manifestações culturais.

Entrementes, o negro africano chegaria a Cabo Frio pela praia do Perú, da Rasa e José Gonçalves, para trabalhar na Fazenda Campos Novos, que data do século XVII. Seus descendentes ocuparam boa parte da zona rural da cidade para a agricultura de subsistência e contribuíram para disseminar a vasta e rica expressão cultural de seu povo: na cantoria do jongo e do batuque, na lavoura e na gastronomia.

Durante muitos anos, Cabo Frio foi uma vila de pescadores, uma zona rural habitada por remanescentes de quilombos com zonas costeiras povoadas por pescadores de poucos contatos com o "mundo de fora". População que aproveitava os recursos naturais à sua volta, resultando numa relação de grande intimidade e apego ao ambiente natural local.

O povo, formado por exímios pescadores, desenvolveu um rico artesanato oriundo do trabalho da pesca, utilizando fibras, ossos, pedras e madeira na construção de artefatos para captura do pescado. Nas calçadas, depois da lida da pesca, contava seus "causos" de assombramento e cantava modinhas melancólicas de amores perdidos nas constantes marés.

O cenário local mudaria bruscamente com o declínio da indústria do sal. Descoberta por suas belezas naturais, Cabo Frio tornou-se atrativa para a atividade turística. O uso turístico da cidade

ocorreu primeiramente no bairro da Ogiva e do Portinho, pela alta burguesia carioca, estendendo-se a seguir, para a orla da Praia do Forte e do canal do Itajuru. O novo desenho urbano afastou os antigos moradores das proximidades dos corpos d'água e seus ranchos de pesca deram lugar aos apartamentos e condomínios para veranistas.

Na década de 1970, com a construção da ponte Rio - Niterói e a Rodovia Amaral Peixoto, Cabo Frio e sua pequena vila de pescadores transformaram-se em um dos pontos turísticos mais visitados do Brasil. Com o incremento da exploração do petróleo na Bacia de Campos, instalou-se um novo ciclo econômico na região, movido pelo aumento nas receitas municipais com o pagamento da compensação financeira, os *royalties* do petróleo.

Com o advento do turismo, a cidade vem sofrendo forte introdução de aspectos da cultura de outras regiões e, principalmente, a disseminação da cultura de massa em tempos de globalização afetando fortemente a sobrevivência da cultura popular, ameaçada pelo esquecimento. Atualmente o maior desafio do município é conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação de seu rico patrimônio.

A herança histórico-cultural de Cabo Frio e de cidades vizinhas convive com essas transformações ocasionadas pela economia moderna. Caso do Convento de Nossa Senhora dos Anjos e seu entorno preservado, hoje situados em meio ao centro comercial da cidade - construído sobre os antigos casarões neoclássicos da indústria salineira e as casas da arquitetura popular -, cercados pelo intenso tráfego urbano e o ponto final de ônibus com trajetos municipal e intermunicipal.

1.1.2 O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS

O Convento de Nossa Senhora dos Anjos data do último quartel do século XVII, mas a demanda por sua construção é mais remota, de suas primeiras décadas. Logo após a fundação da cidade de Santa Helena do Cabo Frio, em 1º de abril de 1617, moradores de famílias de portugueses solicitaram ao capitão-mor Estevão Gomes terreno para a construção de um convento pelos franciscanos.

O texto da petição destacava a cessão de terras no local próximo ao antigo morro do Itajuru, atual morro da Guia, onde houvera anteriormente a roça de outro religioso, padre Jerônimo Machado. Dispunha o documento sobre a necessidade dos frades utilizarem as pedras do morro para a construção do convento e as águas encontradas no local. Os moradores obtiveram resposta favorável no mesmo dia.

Porém, da cessão do terreno até o início da construção do convento, passar-se-iam quase setenta anos. Nesse período, a Província franciscana da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, a qual estava subordinada a região do Cabo Frio, ergueu oito conventos, tendo sido o de Cabo Frio, o que maior tempo demandou para a sua construção. Por vezes, frades estiveram na região para recolher material e interromperam os trabalhos, tendo obtido sucesso somente em 1684.

Segundo Frei Basílio Röwer, na obra *Páginas de História Franciscana no Brasil (...)*¹, os motivos que teriam levado ao longo período de espera foram: o domínio espiritual por parte dos padres da Companhia de Jesus no Aldeamento de São Pedro, boatos e os escassos proventos dos moradores locais, simples pescadores e agricultores, aliados às dificuldades materiais da Ordem mendicante - que tem por característica não acumular recursos materiais.

De acordo com pesquisas regionais, porém, os indígenas do Aldeamento possuíam relativa liberdade para a escolha dos locais onde realizariam seus trabalhos, optando por fazê-los em locais onde obtinham maior retorno material, e não em Cabo Frio. Tal informação reforça a outra hipótese de Frei Basílio Röwer quanto à dificuldade de recursos dos habitantes que, ainda assim, disponibilizaram seus escravos para proporcionarem a construção do convento.

Os moradores da região, ansiosos por serviços espirituais, cuja ausência chegava a chocar aqueles que passavam por Cabo Frio, reforçavam a necessidade das obras que, de fato, foram efetivamente iniciadas três anos após a concessão de uma ordinária aos frades do convento de Cabo Frio pela Coroa portuguesa. Posteriormente, os frades foram agraciados com vinte cinco cabeças de gado doadas anualmente ao longo de toda a vida do benfeitor José de Barcelos Machado e daqueles que viessem a assumir suas posses por herança ou compra, desejo ratificado em testamento de 1691.

Em dois de agosto de 1686, data atualmente registrada na portada da Igreja conventual, foi lançada a pedra fundamental do convento franciscano em Cabo Frio, em cerimônia presidida pelo Provincial Frei Agostinho da Conceição. Por causa da data, ao invés de Nossa Senhora da Luz - como desejavam os moradores locais - foi escolhida para denominar o Convento de Cabo Frio, Nossa Senhora dos Anjos, padroeira da Ordem franciscana.

A data de Nossa Senhora dos Anjos é quando se festeja o Dia do Perdão, também chamado Dia da Indulgência da Porciúncula, ratificado pelo Papa Honório III, em 1216. A invocação de Santa Maria dos Anjos remete ao local preferido de São Francisco, localizado próximo a Assis na Itália, onde

¹ RÖWER, Frei Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil (...)* Petrópolis: Ed. Vozes, 1957.

estava a capela de Porciúncula. No local o Santo teve a visão da Virgem e de Jesus Cristo, que lhe concedera um pedido. São Francisco pediu o perdão para todos os que visitassem Porciúncula.

Após o lançamento da pedra fundamental, em 1686, ainda se passaram dez anos e, em 13 de janeiro de 1696, houve a inauguração das atividades conventuais. A cerimônia foi conduzida pelo Provincial Frei Cristovão da Madre de Deus Luz que benzeu os chãos e a igreja e empossou Frei Serafino de Santa Rosa como o primeiro Guardião em Cabo Frio. À época, a igreja possuía apenas um altar-mor provisório, sendo provável que o Guardião tenha contado com a ajuda da família para a construção do altar definitivo, concluído em 1697.

Em finais do século XVII e início do seguinte, a igreja conventual alcançaria a graça de altar privilegiado, concedida pelo Papa Inocêncio XII, e o convento passaria também a abrigar a Casa do Noviciado, recebendo jovens para educação religiosa com vistas à formação de frades para a Ordem franciscana. A formação dos noviços no Convento teve fim ainda no século XVIII, em 1781, com o último formando, Frei José Francisco dos Anjos Passos, que viria a ser superior da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Sul do Brasil.

Seguindo a vocação da Ordem franciscana, o Convento em Cabo Frio também abrigou estudos de gramática para jovens clérigos e uma escola de primeiras letras para meninos da localidade, considerada a primeira de Cabo Frio. Para que não houvesse contatos com a clausura, foram feitas modificações na estrutura do prédio, sendo as aulas ministradas no andar térreo e o acesso dos alunos feito por uma entrada independente.

Entre as atividades cotidianas havia a lida no curral instalado para abrigar o gado doado anualmente como esmola e a plantação de bananeiras que fornecia frutos e azeite para as lâmpadas. Esses exercícios eram possibilitados por autorização da Câmara Municipal, concedida em 1721.

Os franciscanos também percorriam a região oferecendo serviços divinos à população distante do Convento com altares portáteis e recebiam desta, doações para seu sustento material.

Os frades enclausurados costumavam deixar as dependências do Convento para subirem de dois em dois, com a autorização do Guardião, o morro do Itajuru. O morro era o ponto mais elevado da cidade, com vista panorâmica. A Ordem dos Frades Menores, contemplativa, costumava construir mirantes em seus conventos, elemento arquitetônico inexistente no monumento em Cabo Frio, mas substituído pelo morro do Itajuru.

Com o tempo, surgiria uma lenda associada ao local. Havia a imagem de Nossa Senhora da Guia, com um altar a ela dedicado no Convento Nossa Senhora dos Anjos, mas esta imagem sempre aparecia no alto do morro do Itajuru, mesmo após as tentativas de retorná-la a seu lugar de origem. Em 1740, a Câmara Municipal construiu uma capela no alto do Morro para abrigá-la, a Capela de Nossa Senhora da Guia, que influenciou a atual denominação do local: morro da Guia.

Na primeira metade do século XIX, o edifício do Convento teria sua área incrementada com a construção da capela e do cemitério da Ordem Terceira Franciscana de São Francisco da Penitência de Cabo Frio (OTS). A Capela da OTS em Cabo Frio fora construída em acréscimo lateral à Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, com acesso interno através de um portal.

A Ordem Terceira Franciscana tem sua origem no século XIII, quando leigos manifestaram desejo de seguir São Francisco de Assis. No Rio de Janeiro, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência foi fundada em 20 de março de 1619 sendo as terras para sua instalação doadas pelo Convento de Santo Antônio.

Com o desenvolvimento das atividades do Convento Nossa Senhora dos Anjos, a cidade sofreu uma nova expansão urbana em sua direção, visto que no período colonial a vida cotidiana mesclava-se com a vida religiosa. O deslocamento se deu do antigo núcleo urbano e residencial, o largo da Igreja Matriz, para o Convento pela rua Direita, hoje Érico Coelho.

1.1.3 DO ABANDONO À PRESERVAÇÃO: A CRIAÇÃO DO MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

A redução do número de noviços no Convento Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio comprometeria as atividades conventuais ao longo da segunda metade do século XVIII e da primeira do XIX. Em 1832, segundo registros, havia apenas um noviço no Convento. Esse número estaria associado à quantidade de casas religiosas existentes à época e a ações da Coroa no período colonial e, posteriormente, do Império, que afetaram o ingresso de noviços na Ordem.

Ao mesmo tempo, cresciam os interesses em torno das terras do Convento Nossa Senhora dos Anjos. A Câmara Municipal passaria a solicitar as dependências e terras para usos alheios às atividades conventuais. Primeiro, o uso do prédio para aulas de filosofia, retórica e língua vulgar; e posteriormente, para instalação de júri, porém, sem acordo com o Provincial, além de terreno para a construção de um cemitério municipal.

Em 1871, a Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil demandava a defesa por disposições legais que permitissem a admissão de noviços franciscanos, sem sucesso. No ano seguinte, em 1872, morria o último Guardião do Convento, Frei Vitorino de Santa Felicidade. Eleito em 1850, atuando até 1853, e novamente eleito em 1854 e nunca mais substituído, Frei Vitorino vivia sozinho no Convento, tendo falecido apenas na companhia de um serviçal.

Com o definitivo fim das atividades no Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Provincial Frei João do Amor Divino visitou Cabo Frio e nomeou um cidadão para zelar pelos pertences do monumento e um síndico para cuidar do edifício. Com o advento da República e o fim do sistema de padroado aliados à ausência de religiosos na casa, iniciava-se o processo de depredação do Convento, com o desaparecimento de seus bens integrados. Em 1917, o crescente estado de abandono do Convento devido à ação de vândalos seria agravado pelo sequestro de bens da Ordem Franciscana.

No ano seguinte, os franciscanos recuperaram a posse dos bens por Ato Governamental, mas, em 05 de julho de 1919, foi lavrada a escritura de compra de terrenos da Ordem franciscana em Cabo Frio por um industrial salineiro e síndico do Convento. Em compromisso assumido, o comprador não construiria em toda a testada da Igreja e do Convento na direção do Cruzeiro, bem como não levantaria prédios junto às paredes do monumento.

Porém, desde o cerramento das portas da casa religiosa em 1872, o monumento entrava em acelerado processo de degradação com a perda de mobiliário e objetos, o início da destruição de partes de suas dependências próximas ao morro da Guia e a demolição de alas devido a um acidente com explosivos no final do século XIX.

Para evitar a depredação, em princípios do século XX, a Irmandade da Santa Casa e Ordem Terceira de São Francisco realizaram pequenas obras no telhado e de caiação, mas os reparos não foram suficientes para conter o processo. Em cartas, o síndico do Convento relatava poder ver a imagem de Nossa Senhora em seu trono na capela-mor do alto do morro da Guia, em cerca do ano de 1917.

Em 1937, em visita ao Convento em Cabo Frio, Frei Basílio Röwer narrou encontrar o monumento em condições lastimáveis. Relatou informações adquiridas em conversas sobre a existência de uma rica biblioteca conventual que havia sido queimada numa casa particular onde estavam encerrados os livros, durante um surto local de varíola.²

² RÖWER, Frei Basílio. *op. cit.*, pp. 400-401 e 404.

Na segunda edição de *Páginas de História Franciscana no Brasil (...)*, o frade franciscano aponta uma esperança quanto à preservação das ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos: a intervenção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 17 de janeiro de 1957, as ruínas do monumento arquitetônico são tombadas pelo Iphan. Ao longo do mesmo processo foram preservadas a igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos, a capela e o cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, o Cruzeiro, além do Largo de Santo Antônio até a orla do canal Itajuru, a capela e morro da Guia.

À época, uma das dependências do Convento era ocupada pelo artista plástico Carlos Mendonça, onde instalou seu atelier. De acordo com o artista, em relatos posteriores, a habitação no Convento franciscano de Nossa Senhora dos Anjos influenciaria todo o seu trabalho como pintor, um dos mais respeitados na região dos Lagos fluminense.

Em 12 de março de 1968, com fins à preservação do antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos, foi criado o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (Mart) em convênio firmado entre o DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Arcebispado de Niterói. Para a recuperação do monumento, foi repassada à guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a ala em ruínas do antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, incluídos seu corpo frontal e torre sineira.

O órgão federal iniciara a restauração das ruínas - supervisionada pelo arquiteto Edgard Jacintho da Silva - que se estenderia por uma década. O período de duração deste trabalho remete ao tempo de duração da construção do antigo Convento, iniciada em 1686 e concluída dez anos depois.

Na restauração, foi reconstruído o corpo frontal do convento para abrigar as salas de exposições do Mart. Durante as obras, bem como em reparos realizados posteriormente, foram encontrados fragmentos de peças que atualmente compõem o acervo em exposição permanente no museu.

A maior parte das peças expostas no Mart foi integrada ao acervo do museu por meio de Termo de Cessão, assinado entre o Iphan e a Fraternidade de São Francisco da Penitência (OTS) em 18 de agosto de 1972. Posteriormente, em 12 de fevereiro de 1974, foi repassada ao Iphan a guarda da Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos, através de um Termo Aditivo ao Convênio de 1972.

Em 1982, o Museu de Arte Religiosa e Tradicional foi definitivamente aberto. Em 1990, os retábulos da Igreja conventual foram restaurados com recursos da iniciativa privada; e o templo, disponibilizado para a visita pública.

1.1.4 – UM PERCURSO PELO ESPAÇO MUSEALIZADO

Antes mesmo de se adentrar no Museu de Arte Religiosa e Tradicional é possível admirar os elementos preservados do antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos.

No adro frontal está o Cruzeiro, uma imensa cruz erguida pelos franciscanos e que determinava o tratamento do espaço à frente da Igreja conventual. O Cruzeiro estava anteriormente localizado no centro do Largo de Santo Antônio e foi transportado para o adro do Convento durante obras de reestruturação urbana em Cabo Frio.

Na área externa do Mart, à esquerda de quem caminha em direção ao Convento, são observados os muros do Cemitério e Capela, ambos sob a administração da Ordem Franciscana de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, em funcionamento.

Em função de o Museu de Arte Religiosa e Tradicional estar localizado em um convento franciscano do século XVII, sendo considerado um dos marcos da arquitetura religiosa do período colonial, um dos pontos de maior destaque é a própria fachada do Convento. Diferentemente das demais igrejas franciscanas, com torres recuadas, a torre sineira da igreja de Nossa Senhora dos Anjos eleva-se na mesma linha da fachada.

A data do lançamento da pedra fundamental do Convento Nossa Senhora dos Anjos encontra-se inscrita na portada da Igreja conventual. Esta, por sua vez, preservada, integra o espaço expositivo do Mart. Sua entrada leva à recepção do Museu e o acesso ao templo é livre. Ao adentrar na Igreja, o visitante é imediatamente atraído pelos belos retábulos do altar-mor que contrastam com a simplicidade arquitetônica do espaço.

Após alguns minutos de contemplação dos retábulos, é possível explorar outras atrações no local, como o conjunto escultórico “Verônica”, encerrado em um nicho, e a imagem de Jesus Cristo Seráfico do altar-mor da Capela de São Francisco da Penitência da Ordem Terceira Franciscana de Cabo Frio, somente vista através de um portal em madeira que separa a Capela da área do Museu. O coro, visualizado da Igreja e localizado à entrada da nave, em nível superior, possui o acesso pela parte interna do Convento, através da torre sineira.

A partir da Igreja conventual chega-se ao jardim do Mart, antigo claustro do Convento, que guarda vestígios da cozinha dos frades franciscanos, onde teria existido a primeira chaminé de Cabo Frio. O visitante pode aproveitar o ambiente, de onde se avista o morro e Capela de N. S.^a da Guia, sob a sombra de espécies nativas, como o jasmim do cabo. Do jardim, pode-se acessar o Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional, sediados na antiga sacristia.

Narrativas sobre a existência de um túnel, partindo da antiga sacristia, que ligaria o Convento ao morro da Guia, são frequentemente recuperadas em memórias de idosos da cidade em visita ao Mart. Relatam terem brincado numa espécie de passagem secreta da casa, quando crianças. Histórias sobre túneis são comumente relacionadas a essas casas religiosas no Brasil e no mundo. O caso de Cabo Frio, porém, necessita de investigações associadas ao projeto de prospecção arqueológica, para a sua devida apuração.

O acesso às salas expositivas é cobrado e feito a partir do jardim do Museu. As salas de exposição do térreo apresentam com frequência obras de artistas regionais e da tradição popular. Nesta área, assim como no jardim, também é possível observar vestígios dos alicerces do antigo Convento, expostos para possibilitar uma compreensão maior da estrutura original do prédio do século XVII e os materiais empregados na construção original.

Do salão de exposições temporárias, por uma escadaria, chega-se ao pavimento superior, a sala Edgard Jacintho da Silva, de exposição permanente. Sua denominação homenageia o arquiteto responsável pela restauração do Convento. Neste pavimento observam-se nas paredes as conversadeiras, espécie de assentos em pedra partindo das janelas e utilizadas pelos frades enclausurados. Delas tem-se uma ampla vista do Largo de Santo Antônio na parede frontal, e na lateral, do acesso ao morro e Capela de N. S.^a da Guia, num primeiro plano, e Canal do Itajuru.

Além dos elementos arquitetônicos, a Sala Edgard Jacintho da Silva presenteia o visitante com imaginária e mobiliário que pertenceram ao antigo Convento e foram recuperados para exposição. Destaque para a bela escultura de Nossa Senhora da Conceição, do século XVII, e as esculturas recuperadas com trabalhos de arqueologia histórica. Os detalhes da confecção, o estilo e a decoração, intrigam visitantes sobre as técnicas adotadas.

A partir desta sala, tem-se acesso ao coro da igreja conventual e à torre sineira, recuperada, que atualmente abriga a Administração do Mart. A expectativa, em longo prazo, é a de abertura desses espaços como áreas expositivas, quando o Mart possuir um prédio anexo para sediar a área administrativa e a parte da área técnica da instituição.

1.2 MISSÃO INSTITUCIONAL

Promover a valorização do patrimônio cultural e a difusão da arte sacra católica, através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo integrado aos elementos da tradição religiosa regional.

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver e fomentar ações com vistas à preservação, resgate e difusão do patrimônio cultural de cunho material e imaterial da região do Cabo Frio.

1.2.2 DIAGNÓSTICO GLOBAL

1.2.2.1 PONTOS FORTES

- Instalado em cidade turística com visitantes de várias localidades do Brasil e do exterior;
- boa localização no núcleo urbano da cidade, próximo a outros pontos turísticos;
- único museu de arte religiosa na região e valioso acervo da expressão religiosa no Brasil colônia;
- difusor cultural na região;
- boa relação com instituições públicas e privadas da região;
- potencial de pesquisa arqueológica.

1.2.1.2 PONTOS FRACOS

- Deficiência de espaço físico e infraestrutura (postos de trabalho; acervos; espaços expositivos);
- ausência de Reserva Técnica e espaços adequados ao acondicionamento dos acervos arquivístico e bibliográfico;

- inexistência de uma política de aquisição e descarte de acervo;
- falta de interação com a comunidade do entorno e com a comunidade católica, apesar dos trabalhos realizados com grupos específicos da sociedade cabofriense;
- precariedade de segurança no entorno do monumento;
- falta de acessibilidade (externa e interna) para portadores de deficiência e/ou necessidades especiais;
- falta de sinalização dos espaços internos e externos;
- ausência de ações contínuas de difusão e divulgação;
- péssimo estado de conservação do monumento e dos bens integrados.

2 PROGRAMAS E PROJETOS

2.1 PROGRAMA INSTITUCIONAL

O Mart, entrevendo a realização das atividades que propõe segundo a sua missão, prevê a criação das seguintes ferramentas para gerar dinamicidade em sua gestão política, técnica e administrativa.

2.1.1 REGIMENTO INTERNO

Visando o fortalecimento institucional, faz-se imprescindível a criação e implantação do Regimento Interno do Mart para regulamentar o seu funcionamento e propiciar o cumprimento de sua função pública regularmente instituída.

Instrumento fundamental para organização institucional, o Regimento Interno garante a efetiva participação da sociedade na definição das atividades e ações do Museu, por meio da criação de um Conselho Consultivo. O exercício de criar e participar deste conselho irá proporcionar a experiência necessária para a criação posterior da Associação de Amigos do Museu.

Por oportuno, esclarecemos que o Regimento Interno (Anexo I) foi concebido de acordo com os padrões vigentes, compondo o quadro funcional previsto pelo Mart como ideal, porém, sua implementação nestes termos somente será factível após aprovação do Ibram.

2.1.2 ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU

Atualmente o Mart não possui Associação de Amigos do Museu e a discussão acerca de sua criação está condicionada a criação prévia do conselho consultivo.

2.1.2 REDE DE EDUCADORES DE MUSEUS

A Rede de Educadores em Museus – REM promove encontros periódicos, entre os educadores dos museus e de outras instituições afins, com o objetivo de compartilhar ideias e experiências entre seus membros, sendo um canal de estudos sobre educação museal. O Mart recebe regularmente as atualizações do *blog* da REM, mas atualmente não participa dos encontros promovidos. No entanto, pretende-se que esta participação seja firmada de forma mais efetiva, com o comparecimento nos encontros que são realizados mensalmente no Rio de Janeiro, sempre que possível.

2.1.4 CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM)

O Mart é membro institucional do ICOM, porém nunca teve participação ativa no Conselho. Tendo em vista o Encontro Internacional a ser realizado no Rio de Janeiro no ano de 2013, é importante que, sempre que possível, seja estimulada a participação dos seus técnicos nos debates e encontros periódicos do ICOM, considerando que estas são oportunidades de partilhar experiências com profissionais da área de museus inseridos em outras realidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

2.1.5 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E DESCARTE DE ACERVO

Além das peças que constam no convênio, a aquisição de acervo museológico no Mart sempre ocorreu por meio de doações, cumprindo a sociedade um papel ativo no que se

refere à formação das coleções do museu. No entanto, a falta de uma regulamentação sobre os critérios para a aquisição de acervo e a ausência de meios adequados para seu acondicionamento fazem com que o Museu se coloque em uma posição desconfortável ao ter de recusar determinadas doações de membros da comunidade.

Também se faz necessário regulamentar o descarte, já que existem atualmente no Museu diversos fragmentos não identificados e irrecuperáveis, além de peças guardadas nas dependências do Museu que não se alinham à missão institucional, e que devem, portanto, ser descartadas ou devolvidas aos seus proprietários. O mesmo se aplica aos acervos arquivísticos, que necessitam da regulamentação para descarte de documentos em má condição de conservação, para as fotocópias repetidas e o estabelecimento de uma tabela de temporalidade.

É indispensável que se estabeleça uma comissão de estudo quanto à aquisição e ao descarte, composta por técnicos do Mart, do Ibram e especialistas nas tipologias de acervo abarcadas para definir diretrizes da Política de Aquisição e Descarte de Acervos, devendo obedecer à legislação nacional e internacional que ordena o assunto.

2.1.6 POLÍTICA DE CESSÃO DE IMAGEM

Faz-se necessária a adaptação da política para a cessão de imagens a terceiros, de forma que atenda aos interesses do Museu, em consonância com a proposta trabalhada pela instituição e Instituto Brasileiro de Museus, através de acordo formalmente institucionalizado e após autorização por escrito da Direção.

2.1.7 POLÍTICA DE EMPRÉSTIMO E CONSULTA DE ACERVO

Diante da evidência de que as exposições temporárias e itinerantes são fato consumado na programação do Mart, faz-se necessária a criação de uma política voltada às ações de empréstimo e de consulta de acervos, na qual seja estabelecida a documentação a ser exigida da instituição contendo informações acerca da exposição, da duração, do local em que a peça será exposta, as condições de embalagem, transporte e quaisquer outras informações que se julgar necessárias. Há que se pensar em estratégias de segurança para que a instituição receptora possa cumprir com retidão os compromissos assumidos pelo contrato de empréstimo. As solicitações de consulta do

acervo museológico fora de exposição também devem estar sujeitas às condições de conservação da obra em questão e precisam ser abordadas nesta política de forma a gerarem documentação específica, sendo a consulta, sempre supervisionada por servidor responsável pelo acervo consultado.

As peças em mau estado de conservação ou muito frágeis não devem ser jamais emprestadas ou aceitas como empréstimo e o acervo pertencente à OTS, cedido ao Mart através do convênio que criou o Museu, não deve ser passível de empréstimo, somente as obras adquiridas após a criação do Museu.

Para o NBEAHR, há também que se pensar em políticas para controle de empréstimo e consulta dos acervos bibliográfico e arquivístico, através da elaboração de um manual de serviço com os procedimentos internos.

2.1.8 POLÍTICA DE CESSÃO DE ESPAÇO E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Ao longo dos anos, o Mart teve como ação rotineira a cessão de seus espaços internos para pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, para realização de eventos e exposições de diversas tipologias. Porém, a inexistência de uma política clara e padronizada quanto a cessão dos espaços dificulta o aferimento das responsabilidades das partes. Faz-se necessária a implantação de uma política para a cessão de espaço que inclua todos os critérios a serem atendidos pelos solicitantes e a documentação exigida.

Além de normatizar a cessão de espaço no Museu, é necessária a diferenciação entre as ações de cessão de espaço e aquelas que envolveriam um acordo de cooperação técnica. Muitas atividades consideradas somente como cessão de espaço envolvem a participação ativa de servidores, que constantemente têm que alterar seus cronogramas de trabalho para atender as demandas. É o caso, por exemplo, das exposições temporárias, que demandam trabalho, no mínimo, do setor de Museologia e do setor Educativo.

2.1.9 POLÍTICA DE CHAVES

Desde a inauguração do Mart não há registro da realização de cópias das chaves das dependências do monumento. São chaves antigas, que ficam em posse dos vigilantes, e que

correm o risco de se perderem devido ao uso e ao desgaste natural sofrido pelo seu material constituinte.

Nenhuma chave do museu possui cópia, incluindo as dos armários que guardam os acervos, e não há uma definição clara dos responsáveis pela guarda dessas chaves de acordo com seus cargos e funções dentro da instituição. Além disso, o acervo museológico está espalhado pelas mais diversas áreas do monumento, necessitando ser reunido em local que possa ser fechado, com acesso restrito e controlado.

Além da criação de um claviculário, é imprescindível, enquanto medida de segurança, a adoção de uma política de chaves que estabeleça um sistema de autorização para distribuição, baseado na necessidade e na responsabilidade. Um sistema adequado permitirá um controle eficaz de todas as chaves, que devem permanecer dentro do edifício em um local seguro, identificadas por um sistema de códigos.

2.1.10 POLÍTICA DE PLANTÕES DE FIM DE SEMANA E FERIADOS

O Museu abre ao público externo em fins de semana e feriados. Por questões de segurança, para a sua abertura, é necessária a presença de, pelo menos, um servidor do quadro efetivo do Mart. Atualmente, os servidores da área técnica são escalados para a realização destes plantões, porém, pela falta de uma definição clara sobre a função do servidor durante esse período de permanência no Museu, sua atuação se concentra na bilheteria e na realização de visitas guiadas para todos os visitantes que chegam. Dessa forma, é preciso que se estabeleça uma política específica para que os servidores possam exercer sua função de responsáveis pelo monumento e pelo acervo durante os plantões.

2.1.11 PROJETOS

- Implantação do Regimento Interno;
- intensificação da participação do Mart no ICOM e na REM;
- elaboração e implantação de política de aquisição e descarte de acervo;
- elaboração e implantação de política de empréstimo e consulta de acervo;

- adequação da política institucional para cessão de imagens;
- elaboração de política de cessão de espaço e política de cooperação técnica, estabelecendo os critérios de diferenciação entre as ações;
- elaboração e implantação de política de chaves;
- Normatização da política de plantões de fim de semana e feriados.

2.2 PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS

O programa de gestão de pessoas do Mart tem por objetivo o estudo e encaminhamento das demandas referentes aos aspectos funcionais e/ou motivacionais de relevância para os servidores, buscando aprimorar as condições de trabalho dos mesmos.

Para tanto, leva em consideração a necessidade de desenvolvimento e implementação dos subprogramas de valorização, capacitação dos servidores, gestão do conhecimento e planejamento, acompanhamento e avaliação anual de metas.

2.2.1 QUADRO FUNCIONAL

A análise do quadro funcional existente reflete a necessidade de aumentar o quantitativo de servidores para atender as atividades finalísticas e administrativas nas suas multidisciplinaridades, bem como suprir a saída de servidores em processo de aposentadoria:

Quadro Funcional	Servidor	Estagiário	Terceirizado	Necessidade*	Aposentável
Comunicação					
Assessor de comunicação				1	
Museologia					
Técnico em Assuntos Culturais -Museólogo	1			1	
Educativo					
Técnico em Assuntos Educacionais	1	1**		1	
Técnico em Assuntos Culturais - Turismo				1	

Guia de museu (Monitor)				2	
Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional - NBEAHR					
Técnico em Documentação	1			2	1
Arquivista				1	
Assistente Técnico	1				
Técnico em Assuntos Culturais -Historiador	1	1**			
Administração					
Administrador	2			1	1
Recepção					
Assistente de Secretaria	1				1
Recepcionista			3**		
Manutenção e Segurança					
Artífice de Manutenção	1				1
Encarregado de turma	1				
Auxiliar de serviços gerais			2		
Jardineiro				1	
Vigilante			8		
TOTAL	10	2	13	11	4

*** O recebimento de novos postos de trabalho está condicionado á aquisição de um anexo para o Mart.**

**** Os dois postos de estagiários estão em suspensão temporária e os três postos de recepção ainda não foram ocupados.**

2.2.2 SUBPROGRAMA DE VALORIZAÇÃO

Para considerar o ambiente de trabalho como bom, entendemos que este se trata de um local onde as pessoas se sentem bem, seguras, valorizadas e percebem a preocupação da instituição com seu bem estar.

Neste contexto, e considerando os temas de maior impacto para realização desta ambientação desejada, a equipe de servidores considera como primordial a adequação de funções de acordo com o previsto no Regimento Interno, visando estabelecer a priorização de ações dentro da rotina de atividades do museu, de forma que se permita a cada servidor o exercício das tarefas definidas para o seu escopo de atuação.

Para que os servidores sintam-se valorizados e estimulados a realizar suas atividades é imprescindível à readequação das estações de trabalho nas instalações do museu, a fim de que possam usufruir de um mobiliário ergonômico e uma área de circulação adequada e com condições mínimas de segurança. Bem como a adequação dos dias e horários para a cessão de espaço para eventos, ensaios, apresentações, etc, já que o espaço do Museu é reduzido e o barulho não tem como ser isolado dos locais de trabalho, interferindo diretamente na produtividade do servidor.

A direção do Mart já encaminhou o levantamento das necessidades de mobiliário e instrumentos/equipamentos de segurança (EPI) para o Departamento de Planejamento e Gestão Interna, que uma vez atendidas poderão oferecer um conforto maior e conseqüentemente gerar mais praticidade aos servidores.

A equipe de servidores está na expectativa do novo contrato de telefonia e internet já firmado pelo Ibram, pois entende-se que estes recursos, bem como a instalação de uma rede interna entre os computadores, são essenciais para favorecer a comunicação, uma melhor distribuição de tarefas e compartilhamento de informações.

2.2.3 SUBPROGRAMA DE CAPACITAÇÃO

Os avanços observados nas últimas décadas têm levado as organizações públicas a buscarem novas formas de gestão com o intuito de melhorar o desempenho, alcançar resultados e atingir a missão institucional.

O museu possuía até 2010 uma equipe reduzida de servidores, que se desdobrava em múltiplas atribuições para cumprir esta missão. Com a chegada de 5 (cinco) novas servidoras em Setembro/Outubro deste mesmo ano, foi possível organizar melhor o desenvolvimento das atividades, principalmente em função da qualificação técnica advinda das suas áreas de formação.

A direção do Mart entende como fundamental a adoção de uma estratégia de treinamento continuada para os servidores, com a realização de cursos de especialização (inclusive pós-graduação, mestrado e doutorado) nas suas áreas de atuação, visando a adequação dos seus conhecimentos para a área museal, a fim de que estejam em conformidade com as diretrizes e eixos do Plano Nacional Setorial de Museus.

Considerando a proposta de Formação e Capacitação prevista no Plano Nacional Setorial de Museus, estabelecemos alguns projetos de capacitação/qualificação para o Mart:

- **Projeto de Capacitação para melhor aproveitamento da área turística:** Capacitação de pessoal para o atendimento ao turista, adaptação dos espaços museais de forma a atender aos visitantes, inclusive portadores de deficiência e necessidades especiais, contribuindo para o desenvolvimento, inclusão social e econômica da comunidade.
- **Projeto de Qualificação Profissional na área educativa:** Formação e/ou qualificação de pessoal especializado para atuar na área educativa e de serviço sociocultural com vistas a garantir a efetividade de iniciativas voltadas para estreitar a relação do museu com as comunidades, em especial aquelas mais vulneráveis, além de qualificação na área de arte-educação para melhor lidar com público em idade escolar.
- **Projeto de Capacitação para Cultura e Economia Criativa:** Qualificar e capacitar trabalhadores de museus para a elaboração, gestão, execução e prestação de contas de projetos financiados, além de garantir a qualificação dos recursos humanos voltados para o trabalho nas instituições museológicas, para o acesso aos diversos mecanismos de financiamento.

2.2.4 SUBPROGRAMA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

O sucesso das organizações modernas depende, e muito, do investimento nas pessoas, com a identificação, aproveitamento e desenvolvimento do capital intelectual.

Cerca de 50% (cinquenta por cento) do efetivo está em processo de aposentadoria, o que torna indispensável o aproveitamento dos saberes conquistados ao longo do tempo, na troca com os novos servidores.

Além disso, o Mart tem como prática reunir a equipe para a apresentação de relatórios sobre os conhecimentos adquiridos em cursos, seminários e apresentações. Diante da impossibilidade de participação de todos ao mesmo tempo, encontramos neste recurso uma forma de manter a equipe atualizada e em sintonia com todo tipo de informação que possa contribuir para o desenvolvimento do trabalho.

2.2.5 SUBPROGRAMA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE METAS

No início de cada ano haverá uma reunião de planejamento para definir as metas institucionais do museu e o desdobramento das mesmas nas metas individuais dos servidores. Assim, cada servidor discutirá os programas, projetos e atividades da sua área com a direção, visando alinhar os esforços para um objetivo comum.

No decorrer do período de execução, as metas serão ajustadas conforme a liberação dos recursos orçamentários e/ou de disponibilidade de tempo e outros recursos inerentes à sua realização. A direção e o servidor estarão sempre atentos a estes aspectos, buscando a otimização das atividades, em prol das prioridades já estabelecidas.

No final do ano, quando é chegado o prazo de avaliação das metas (institucionais e individuais), toda a equipe deverá estar ciente dos parâmetros previstos, a fim de que o processo transcorra com transparência e efetividade.

2.2.6 PROJETOS

- Adequação das funções (de acordo com o regimento interno) e das estações de trabalho (seguindo preceitos ergonômicos e de segurança);
- aquisição de mobiliário e instrumentos/equipamentos de segurança (EPI);
- implantação do novo contrato de telefonia a fim de garantir que todos os servidores possuam acesso à internet e ao telefone;

- realização dos projetos de qualificação e capacitação do Mart em áreas que visam um melhor atendimento ao público visitante e a gestão dos recursos humanos;
- implantação de nova metodologia para controle e apuração de metas a partir do ano de 2013.

2.3 PROGRAMA DE ACERVO

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional possui acervos de natureza museológica, arquivística e bibliográfica.

2.3.1 HISTÓRICO DOS ACERVOS

ACERVO MUSEOLÓGICO – O acervo museológico do Mart é composto principalmente de objetos de origem sacra, cedidos por meio do Convênio entre o DPHAN (atual Iphan) e a Mitra Diocesana de Niterói, em 1968, ratificado por Termo Aditivo, em 1972. Tem como destaque sua coleção de imaginária dos séculos XVII e XVIII, em terracota e madeira policromada, que serviram à devoção dos fiéis e frades franciscanos que habitaram o Convento de Nossa Senhora dos Anjos no período entre 1696 e 1872. Estas peças, que já estavam no monumento quando foi assinado o termo para a criação e instalação do Museu, comovem pela sua qualidade plástica, força e singularidade.

Na Igreja anexa ao Convento, espaço expositivo integrante do Museu, as esculturas, os retábulos e os demais elementos integrados são, em sua maioria, apresentados nos locais para onde foram inicialmente destinados. O retábulo da Capela Mor possui uma atípica talha vazada com motivos fitomorfos e zoomorfos na árvore da vida e, provavelmente, a mais antiga arquivolta salomônica recoberta de parra do país.

Após o fechamento da casa religiosa muitas peças se perderam. Do mobiliário muito pouco restou, além de alguns poucos objetos sacros utilizados nas cerimônias litúrgicas, prataria e livros litúrgicos raros. Outros objetos foram incorporados ao longo dos anos de funcionamento do Mart, através de doações.

Além dessas importantes relíquias de nosso passado colonial, hoje integra o acervo museológico uma pequena coleção de peças de arte popular, além de desenhos e pinturas produzidos por artistas locais, cujas obras, na sua simplicidade e originalidade, retratam o Convento de Nossa Senhora dos Anjos e a paisagem do seu entorno.

ACERVO ARQUIVÍSTICO – A cláusula I, inciso 2 do Convênio firmado entre o Arcebispado de Niterói e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a criação e instalação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional em Cabo Frio prevê além da criação de um Núcleo de Biblioteca Especializada, a criação de um Arquivo Histórico Regional.

O acervo documental pertencente ao Arquivo Histórico Regional, que funciona integrado ao Núcleo de Biblioteca Especializada, foi se constituindo ao longo do funcionamento do Mart, sendo composto basicamente de documentação secundária (cópia) e material contemporâneo ao exercício da instituição. Esse material refere-se basicamente a assuntos de arqueologia, história da região do Cabo Frio, museologia, intercâmbio institucional, desenvolvimento de atividades culturais e material administrativo repassado à guarda permanente.

Pelo fato de o monumento sede do Convento de Nossa Senhora dos Anjos ter sido parcialmente abandonado, o Museu não herdou a documentação primária pertencente ao convento franciscano durante seu funcionamento. Parte do que foi recuperado deste material referente ao período anterior ao funcionamento do Mart, encontra-se disseminado em instituições de guarda de acervo e religiosas pelo Brasil.

Ainda como parte de seu acervo arquivístico, o Mart possui uma coleção de fotografias, analógicas e digitais, das atividades realizadas durante o período de seu funcionamento. São imagens de duas espécies: as que retratam as atividades finalísticas da instituição, como a realização de eventos e a participação do Museu em atividades na região, especialmente, em festas tradicionais; e, um segundo grupo, o de imagens contendo o acervo e de conteúdos capturados com fins administrativos que reportam à estrutura do prédio.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – O Núcleo de Biblioteca Especializada do Mart foi implantado em 1995 com o objetivo de cumprir uma das cláusulas do Convênio firmado em 1968, entre o então DPHAN e o Arcebispado de Niterói, proprietário do antigo convento. Seu acervo é formado por livros, monografias, folhetos, fascículos avulsos de periódicos e coleção de multimeios composta por CDs, DVDs e fitas de vídeo cassete. Parte desse acervo bibliográfico

foi adquirido por compra, em 1999, pelo DID/Iphan e em PA/2006 pelo Demu/Iphan, sendo, em sua maioria, adquirido por doação de particulares e instituições públicas e privadas.

O Núcleo atende a pesquisadores de qualquer nível de formação, com interesse nas áreas de patrimônio cultural, arqueologia, arquitetura religiosa, arte sacra, museologia e assuntos correlatos. Ultimamente a pesquisa no NBEAHR está praticamente restrita à consulta interna, quando servidores do Mart utilizam o acervo bibliográfico para complementar suas pesquisas nas atividades que são desenvolvidas pela instituição.

2.3.2 SUBPROGRAMA DE AQUISIÇÕES

ACERVO MUSEOLÓGICO – Não há previsão de novas aquisições, mas, sim, da regularização da situação das peças adquiridas sem documentação ou com documentação incompleta durante os 30 anos de existência do Museu. E ainda, faz-se necessária a elaboração de uma política de aquisição e descarte de acervos para que se possa delimitar os critérios de aceitação de bens, em especial, aqueles provenientes de doações, e regulamentar o descarte das peças em péssimas condições de conservação (irrecuperáveis) e dos bens incorporados ao acervo nos últimos anos que não se enquadram à missão institucional.

ACERVO ARQUIVÍSTICO – Para fins de consulta, o Arquivo Histórico Regional, em associação com o programa de pesquisas, pretende proceder à recuperação da documentação primária pertencente ao convento de Nossa Senhora dos Anjos durante seu funcionamento através da aquisição de reproduções/cópias. Além disso, a partir da elaboração de uma política de aquisição e descarte do acervo documental, será possível definir os critérios para aceitação de bens arquivísticos e regulamentar o descarte do material em más condições de conservação, assim como as cópias repetidas existentes atualmente no arquivo.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – Para uma catalogação mais específica e recuperação mais eficaz dos conteúdos das coleções integrantes do acervo bibliográfico do Mart, pretende-se adquirir um CDD – Dewey Decimal Classification, livro técnico necessário ao serviço de classificação de livros, periódicos e demais materiais constantes do acervo do Núcleo de Biblioteca Especializada. Além disso, é necessária a ampliação de títulos, especialmente com dicionários especializados, tesouros e livros de referência, de forma a fornecer subsídios para as pesquisas que são realizadas pelo Mart em suas diversas áreas de atuação.

Foi encaminhada ao Cenedom uma listagem de livros a serem comparados para compor o acervo bibliográfico.

2.3.3 SUBPROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO

ACERVO MUSEOLÓGICO – A documentação do acervo museológico do Mart é uma ação imprescindível, porém bastante complexa. Ao longo de seus 30 anos, o Museu não documentou devidamente as peças que entraram para o acervo e praticamente nenhuma destas tem dados relativos à sua origem e procedência. Quaisquer informações relativas à documentação de peças são de difícil recuperação, já que os documentos produzidos e recebidos pelo Museu não foram arquivados por área ou indexados.

Muitos fragmentos foram coletados ao longo destes anos, especialmente durante os períodos em que o Museu esteve em obras, sem ter havido qualquer seleção posterior que determinasse sua relevância enquanto testemunho arqueológico/objeto museológico. Esses fragmentos, assim como outros objetos das mais diversas tipologias, que somam milhares, encontram-se guardados em armários juntamente com peças do acervo que já constam em inventário, transformando o Museu em um grande depósito de objetos.

Faz-se necessário um novo inventário de todas as peças presentes no Museu, incluindo aquelas que constam na listagem realizada em 2010, já que esta, por exemplo, não conta com especificação do estado de conservação nem com a localização dos bens que não estão expostos (guardados em armários). A última conferência item a item foi realizada em 1993. Além disso, algumas obras precisam ser incluídas, especialmente aquelas doadas ao Museu nos últimos anos. Estas peças, em sua maioria, precisam ter sua documentação regularizada, localizando os antigos proprietários e oficializando as doações através de termos específicos, assim como se faz necessário resgatar informações sobre origem e procedência destas peças.

O Museu não possui livro de tombo. As peças não possuem número de inventário, o que dificulta a sua identificação, e não possuem fichas catalográficas. Só está catalogada uma pequena parte do acervo, em particular algumas das peças que constam no termo de Cessão e mesmo assim, estas informações precisam ser revisadas/atualizadas tendo em vista que estas peças, em sua maioria, passaram por processos de restauração ao longo dos últimos anos e se encontram em novas localizações.

É imprescindível que se dê continuidade a revisão do inventário de todo o acervo museológico do Mart, iniciada em 2011, assim como organizar/sistematizar as coleções, atribuindo um número de inventário para cada peça do acervo. Todo o acervo deve ser devidamente catalogado e as fichas das peças de propriedade da Arquidiocese de Niterói cedidas ao Mart devem ser revisadas/atualizadas. Para isso, é necessária a adoção de um modelo de ficha catalográfica mais detalhado e há que se informatizar todos os dados sobre o acervo através da utilização do software DONATO, já disponibilizado pelo Museu Nacional de Belas Artes/Ibram.

Nem todo o acervo museológico está fotografado e muitas fotos não foram localizadas. As fotografias digitais existentes das peças que compõem o acervo do Museu não foram catalogadas e, portanto, a recuperação destas e das informações pertinentes às fotos são improváveis. Pretende-se fotografar todas as peças do acervo, catalogar e armazenar o material fotográfico em formato digital para facilitar sua recuperação.

A documentação efetiva de todas as peças do acervo museológico fornecerá subsídios para a seleção do espaço da reserva técnica, as condições e tipo de armazenamento necessários. Assim como a atualização do estado de conservação do acervo possibilitará o estabelecimento das prioridades, ou seja, a seqüência de tratamento das coleções em função do seu grau de deterioração.

ACERVO ARQUIVÍSTICO – O acervo arquivístico do Mart tem caráter de coleção, com documentos reunidos aleatoriamente e principalmente documentação institucional referente às atividades do museu desde sua fundação em 1982. São documentos originais e cópias em papel e em suporte digital.

É importante o tratamento deste material com a elaboração de objetos que possibilitem identificar e relacionar contextualmente o acervo documental do Mart, a construção de instrumentos de pesquisa e de controle e as formas de indexação e catalogação. Esse trabalho deverá ser realizado com a supervisão de profissionais de arquivologia do Ibram, visto o Mart não possuir arquivista.

É necessária ainda a elaboração de uma política para a disponibilização desse acervo desenvolvendo-se uma política de consulta e a divulgação desta finalidade com instrumentos que permitam o acesso de interessados ao Arquivo Histórico Regional do Mart, integrada ao trabalho educativo da instituição.

Além dos documentos textuais, todos os documentos iconográficos produzidos ao longo dos anos de funcionamento do Mart necessitam de documentação. A organização abordará duas espécies de trabalho diferentes, visto se tratarem de imagens em suportes diferenciados e com finalidades diversas.

Serão priorizadas a coleta e a organização das imagens analógicas que retratam atividades finalísticas - com o intuito de salvaguardar esse acervo. Neste caso, o trabalho será feito com base na formação de uma documentação secundária a partir da coleta de depoimentos de História Oral, contribuindo para o resgate da memória institucional ainda não trabalhada sistematicamente.

Concomitante à documentação das imagens analógicas faz-se necessária a elaboração de um plano de triagem das fotografias digitais produzidas. Todo esse material em formato digital, após triagem, precisa ser devidamente organizado e sistematizado, com fins de facilitar a recuperação destas imagens de forma mais eficiente.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – O acervo bibliográfico do Mart não se encontra catalogado em sua totalidade e seu inventário necessita ser continuado e revisado. As coleções de multimeio (CD, DVD, DISCO) devem ser repassadas para o acervo arquivístico e receberem tratamento técnico.

Ainda, é necessário fazer um estudo para aquisição e implantação de software específico para informatização do Núcleo de Biblioteca Especializada, com fins de otimizar a recuperação das informações.

2.3.4 SUBPROGRAMA DE CONSERVAÇÃO

ACERVO MUSEOLÓGICO – O Mart não dispõe de uma reserva técnica e os ambientes selecionados atualmente para o depósito dos objetos museológicos oferecem riscos para as obras. O acervo do Museu ocupou ao longo dos anos espaços diversos na edificação do antigo convento e por questões relacionadas ao pouco espaço físico disponível, houve a distribuição dos exemplares em armários, sendo que os de maiores dimensões estão precariamente alocados nos espaços utilizados como escritórios, alguns em contato direto com o chão e paredes, por ausência de suportes adequados. Os agentes deteriorantes estão presentes e próximos das coleções, com a ausência de controle efetivo das condições climáticas, associada à inexistência de padronização e adequação de materiais utilizados para

embalagem e armazenamento. O transporte e manuseio das obras entre os ambientes são feitos de forma precária devido à falta de recursos para a realização desta tarefa de forma estruturada.

Além disso, o Mart não possui material necessário para assegurar a conservação preventiva de seu acervo, assim como os equipamentos básicos para a segurança no trabalho do museólogo/conservador e da manutenção. A aquisição destes materiais, assim como a aquisição de equipamentos de medição e registro, é fundamental para que se estabeleça uma rotina de conservação do acervo e para que se possa expor e armazenar com segurança o acervo museológico.

Para a correta salvaguarda será necessário o acondicionamento das peças em embalagens e mobiliário feitos com materiais apropriados, além da adaptação de um local a ser destinado exclusivamente à implantação de uma reserva técnica. Nela o acervo deverá ser reunido e armazenado nas melhores condições possíveis, intervindo o mínimo necessário para adequação do espaço ao uso proposto, salvaguardando assim a autenticidade do edifício e seus valores históricos e artísticos.

ACERVO ARQUIVÍSTICO – Em médio prazo, com a sistematização do acervo documental do Mart, far-se-á necessária a adequação do espaço físico para o acondicionamento e conservação do material. Ressalta-se que qualquer projeto que esteja associado à aquisição de acervos de interesse do Mart referente à documentação primária deverá estar associado a uma política de conservação que se baseie em instalações físicas adequadas a esse escopo, sendo as dimensões espaciais do prédio e do arquivo, também, um entrave para o incremento de qualquer espécie documental.

Para garantir maior longevidade ao acervo pretende-se migrar algumas coleções para suportes mais atualizados. Devido à fragilidade e a obsolescência tecnológica do suporte atual, pretende-se fazer a conversão das fitas de vídeo VHS para DVD e a conversão das fitas cassetes para CD.

No que diz respeito à conservação do acervo fotográfico, após a devida identificação e catalogação das fotos analógicas, deverá ser proposto um armazenamento mais adequado para este material, com vistas à sua correta conservação.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – é necessária a implantação de uma rotina de higienização para este acervo e a realização de pequenos reparos em cerca de 20 livros antigos.

Para um melhor acondicionamento do acervo bibliográfico, pretende-se adquirir novas estantes em metal para substituir as atuais que estão danificadas e oxidadas pela ação do tempo.

2.3.5 SUBPROGRAMA DE RESTAURAÇÃO

ACERVO MUSEOLÓGICO – Apesar deste acervo contar com diversas peças com grande necessidade de intervenção de restauro, neste momento, os itens prioritários são os bens integrados presentes na antiga Igreja Conventual, mais especificamente o retábulo da Capela-mor e os retábulos colaterais, que encontram-se em péssimo estado de conservação, muito danificados pela ação de térmitas e pela umidade. A atual condição dos retábulos coloca em risco a sua integridade física e a das esculturas que abriga, além de oferecer perigo aos servidores e visitantes, já que existem partes que estão presas de forma improvisada para evitar uma possível queda, necessitando de escoramento mais adequado. Por conta destas partes soltas e com risco de ruir, uma das esculturas já teve que ser retirada do retábulo principal e realocada em local mais seguro.

Além dos retábulos, as prioridades concentram-se na restauração do Galo de Grimpa, elemento integrado que fica no topo da torre sineira, e na pintura *Auto-Retrato* de autoria de Carlos Mendonça.

O quadro *Auto-Retrato* provavelmente foi pintado durante o período em que o artista fez das ruínas do antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos sua casa e seu atelier e pode ser considerada a pintura mais significativa dentre o acervo adquirido pelo Mart após sua fundação. A aderência da camada pictórica ao suporte nesta pintura é, de modo geral, bastante ruim e aliada às condições ambientais adversas, como o nível altíssimo de umidade, ocasionou rachaduras, levantamentos e destacamentos espontâneos.

O Galo de grimpa, elemento avistado de diversos pontos do centro da cidade, não só é um símbolo do convento como ainda era utilizado por moradores como um instrumento para verificação da direção do vento. O galo, que já sofria com a ferrugem em soldas e parafusos, especialmente no seu eixo giratório, não resistiu a uma forte tempestade ocorrida em setembro de 2012 na cidade de Cabo Frio e despencou do alto da torre sineira. A escultura se encontra extremamente danificada e amassada, sem condições de retornar ao topo da torre, estando provisoriamente alocada em espaço interno do Museu aguardando restauro.

Outras peças precisam de descupinização, remoção de fungos, etc.

ACERVO ARQUIVÍSTICO – É necessário um prévio tratamento técnico do acervo para delimitação das prioridades de restauro. Desde já detecta-se fotografias constituintes do acervo e registros de atividades do Mart bastante deteriorados, com risco de perda definitiva. Bem como documentos antigos já em avançado estado de deterioração.

ACERVO BIBLIOGRÁFICO – O acervo bibliográfico não conta com obras em estado de conservação que necessitem intervenção de restauro imediato, apenas pequenos reparos. Os acervos museológico e arquivístico tem prioridade de restauro neste momento de aplicação do plano museológico.

2.3.6 PROJETOS

- Aquisição de livro técnico para classificação do acervo bibliográfico (CDD – Dewey Decimal Classification) e dicionários, tesouros e livros de referência para auxílio das pesquisas e demais atividades exercidas no Museu;
- revisão do inventário de acervo bibliográfico e estudo para implantação de software para informatização do Núcleo de Biblioteca Especializada;
- continuação da revisão do inventário de todo o acervo museológico do Mart, catalogação e inserção dos dados referentes ao acervo museológico no software DONATO;
- documentação fotográfica de todo acervo museológico;
- elaboração de projeto para adequação de espaço para conservação e armazenamento do acervo museológico – Reserva Técnica;
- regularização da situação documental das peças doadas e devolução aos proprietários das que estão sob a guarda do Museu;
- aquisição de material para conservação preventiva, segurança no trabalho e aparelhos de medição e registro;

- aquisição de mobiliário específico para o acondicionamento do acervo museológico e acervo bibliográfico;
- elaboração e implantação da política de aquisição e descarte dos acervos;
- recuperação para fins de consulta de cópia de documentação sobre o Convento Nossa Senhora dos Anjos disseminado em outras instituições;
- tratamento do acervo documental de preferência com o auxílio de profissionais da área de Arquivologia do Ibram;
- elaboração de política de disponibilização do acervo do Arquivo Histórico Regional integrado ao trabalho educativo;
- tratamento do acervo fotográfico analógico e plano de triagem de imagens digitais;
- restauração do retábulo da capela-mor, retábulos colaterais, galo de grimpa e Auto-Retrato de Carlos Mendonça;
- restauração das obras bibliográficas com critério de raridade.

2.4 PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

2.4.1 EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO

A antiga Igreja conventual abriga algumas das mais importantes peças do acervo museológico do Mart, grande parte integrada à estrutura ou disposta nos locais para onde foram inicialmente destinadas durante o funcionamento da casa religiosa. Esse espaço expositivo de caráter permanente é o espaço com maior dimensão dentre as dependências do Museu e recebe não só os visitantes, como pessoas que vem fazer orações aos seus santos de devoção. Além de ser um espaço expositivo, é o local que funciona como auditório do Museu e abriga as mais diversas atividades. Por isso, sendo esta a área de maior fluxo de pessoas no museu e com tão rica iconografia religiosa, necessita informar de forma mais eficaz.

O mesmo se aplica ao jardim interno do Museu, outra área de grande fluxo e permanência de visitantes. O antigo claustro conta com duas peças isoladas, o antigo lavabo e um canhão, expostas ali em caráter permanente, mas sem qualquer legenda, texto ou suporte que os destaquem do chão/grama. Além disso, é no jardim que se encontram as ruínas da antiga cozinha

dos frades, espaço que conta aspectos interessantes do antigo convento e com potencial de transportar o visitante a um cenário lúdico. Porém, sem qualquer tratamento expositivo, as ruínas e as peças perdem seu poder de comunicação enquanto remanescentes daquela época e o público deixa de perceber aquilo enquanto acervo .

Atualmente, como todos os visitantes que chegam ao museu sentem a necessidade de obter informações sobre o antigo Convento e o acervo exposto, principalmente na Igreja e no antigo claustro, há a necessidade constante de servidores se deslocarem de seus postos para fornecer uma visita guiada, já que o Mart não conta com guias/monitores para realização de tal trabalho. A presença de legendas e de textos explicativos contendo um resumo da história do monumento forneceriam as informações básicas necessárias. Para isso é fundamental a elaboração de um projeto museográfico que disponha sobre a melhor maneira de apresentar estas informações para que não interfiram de forma invasiva no conjunto e não descaracterizem a Igreja; de modo que o espaço ainda possa receber os eventos religiosos e as missas que ocorrem periodicamente, mas também seja um espaço expositivo não só de contemplação, mas também de informação, cumprindo assim o Museu seu papel enquanto guardião de objetos museológicos.

Além das peças expostas na Igreja conventual, no pavimento superior do museu encontra-se a sala Edgard Jacintho da Silva, salão de exposição permanente composto principalmente por esculturas em terracota que fizeram parte da história do Convento de Nossa Senhora dos Anjos e que aqui estavam quando foi instalado o Museu. Atualmente conta com as seguintes peças*:

- Santa Clara – terracota – séc XVII
- Nossa Senhora dos Anjos – terracota – séc XVII
- Nossa Senhora da Conceição – terracota – séc XVII
- Nossa Senhora da Conceição – terracota – séc XIX
- Menino Jesus – terracota – séc XVII
- São Boaventura – terracota – séc XVII
- São Luis de Tolosa – terracota – séc XVII
- Sagrada Família – terracota – séc XVII
- Senhor da Descida da Cruz – terracota – séc XVII
- Tronco de Frade – terracota – séc XVII

- Arca-banco – madeira – séc XIX

-Talha/bilha – cerâmica – séc XIX

- Bandeira de mastro com tela: Santanna mãe de Maria – tela sobre madeira – séc XIX

Esses objetos são, em sua maioria, frágeis e aqueles de maiores dimensões não possuem cúpulas de vidro. Essas peças precisam de uma área de segurança que limite a aproximação dos visitantes, como na Igreja conventual, onde alguns espaços tem acesso restrito através de cordões de contenção. As bases que suportam as peças estão empenadas, calçadas de forma improvisada por papelão e sem qualquer forração. Algumas cúpulas de vidro precisam de manutenção, já que estão com a cola das juntas soltando, o que dificulta a sua retirada para higienização das peças e, principalmente, colocam em risco o acervo, os funcionários terceirizados e o público. Além dessas questões de segurança, as peças que compõem esta sala precisam ter legendas e textos refeitos em um novo projeto museográfico.

A sala de exposições do pavimento térreo, que originalmente era reservada para as exposições temporárias, nos últimos anos passou a abrigar uma exposição de longa duração composta pelos santos de roca que integram o acervo do museu, além de outras esculturas religiosas e objetos litúrgicos, tendo como foco a Procissão de Cinzas (já que estes santos de roca um dia já fizeram parte deste cortejo na cidade). Porém, como o Mart não dispunha de outro espaço para continuar abrigando as exposições temporárias, estas tiveram que dividir espaço com a exposição de longa duração. Antes da montagem de qualquer nova exposição de curta duração, as peças maiores do acervo exposto são deslocadas para a Igreja Conventual e as peças menores são guardadas, aguardando a sala ser novamente liberada para retornarem.

É necessário que se chegue a um consenso quanto à finalidade permanente desta sala e se busque as soluções mais adequadas para evitar a movimentação desnecessária das peças dentro do museu, já que nestes momentos (especialmente por não ter pessoal suficiente, equipamentos e materiais adequados) as peças estão sujeitas à grande risco.

**A escultura de São José de Botas, pertencente ao nicho do altar principal está temporariamente alocada na sala Edgar Jacintho da Silva, aguardando restauração do retábulo para que possa retornar ao seu local de origem em condições seguras.*

2.4.2 EXPOSIÇÃO DE CURTA DURAÇÃO E ITINERANTES

Apesar de estar previsto no plano museológico anterior que as exposições de caráter temporário ficariam suspensas por prazo indeterminado até a instalação definitiva de um novo projeto museológico e da ampliação do espaço físico, o Mart permanece realizando exposições de curta duração. Essas exposições, porém, ocorrem com uma periodicidade irregular e sem planejamento, o que dificulta a montagem da exposição com os recursos adequados, sua divulgação e o trabalho pedagógico eficaz. Ou seja, é premente que se estabeleçam normas padronizadas para um programa anual de exposições, de forma que se possa planejá-las e executá-las com sucesso. Ainda é necessária a elaboração de editais públicos anuais para exposições temporárias, nos quais sejam definidos os critérios de aceitação de acordo com a missão institucional, democratizando o acesso ao espaço e possibilitando uma avaliação prévia dos textos e acervos a serem expostos.

O salão do pavimento térreo necessita ser adaptado para o recebimento de exposições temporárias. Por ser um monumento tombado, há restrições que dificultam a aplicação dos recursos necessários para a montagem, como é o caso das paredes, que sofrem restrições quanto às intervenções. O Mart também não possui nenhum mobiliário para suporte de acervo que possa ser destinado a estas exposições. Além de tornar possível um circuito expositivo mais elaborado, a aquisição de painéis móveis, bases e vitrines são fundamentais para que se possa oferecer condições mínimas para o recebimento de exposições temporárias que utilizem acervos de outras instituições. Esses recursos também são fundamentais para a montagem periódica de exposições temporárias com o acervo do Mart não exposto ao público.

No térreo ainda há uma pequena sala que geralmente é utilizada como uma extensão do salão principal para as exposições temporárias. Desde janeiro de 2012 abriga uma pequena exposição intitulada “Arqueologia Brasileira”, composta de banners cedidos pelo Iphan e tendo como único e principal objeto exposto um esqueleto, ainda no bloco de terra, encontrado recentemente nas escavações do sítio arqueológico *Aldeia do Portinho*, na cidade de Cabo Frio. A exposição seria de curta duração, mas como o museu é depositário do esqueleto e não possui nenhum outro espaço que possa abrigar um objeto de tamanha dimensão e peso, a exposição permanece montada, aguardando a retirada da ossada pelo Iphan. Após a retirada, existe a intenção de destinar a sala para abrigar o setor de telefonia e recepção do Museu.

Apesar do pouco espaço físico interno, existe um grande potencial para a utilização do jardim do Museu como espaço expositivo, como foi o caso das exposições itinerantes “Despertar de Almas e Sonhos”, do MUF – Museu de Favela e “Mestres Sabedores da Cultura Popular”, uma parceria entre diversas instituições. Para tanto, deve-se pensar na qualidade do acervo a ser exibido, assim como nos suportes expositivos, tendo em vista que, uma vez instalada nos pátios do museu, a exposição deve estar sujeita às intempéries.

2.4.3 PROJETOS

- Novo projeto museográfico para as exposições de longa duração na Igreja conventual, no antigo claustro e na sala Edgar Jacintho;
- destinação do salão do pavimento térreo exclusivamente para exposições temporárias com realocação permanente das imagens de roca na Igreja conventual;
- elaboração de projeto de aquisição de mobiliário e adaptação do salão de exposições temporárias, com a participação do Cemae/Ibram e/ou profissional contratado para esta finalidade;
- elaboração de um programa anual de exposições e elaboração e implantação de editais públicos anuais para exposições temporárias.

2.5 PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL

Dentro da política de interação entre o Museu de Arte Religiosa e Tradicional e a sociedade, faz-se necessário um Programa de Educação e Cultura que garanta a difusão do conhecimento sobre a história da cidade, a preservação de seus monumentos e o resgate do saber local, da cultura e das tradições religiosas de sua população.

Com a aproximação do Mart e seus diferentes perfis de públicos, através do desenvolvimento de projetos educativo-culturais, busca-se interagir com o processo de construção da cidadania e identidade local e a divulgação de hábitos culturais da Região.

Na vigência deste Plano, as propostas do Programa Educativo Cultural visam aos seguintes objetivos específicos:

- estruturar a política de ações educativa e cultural do Museu junto à comunidade;
- desenvolver ações especializadas direcionadas a diferentes públicos e aprimorar as atividades lúdicas que impliquem na melhor compreensão do patrimônio visitado;
- desenvolver atividades voltadas à comunidade do entorno do antigo Convento, especialmente as crianças;
- implantar ações educativas de conscientização patrimonial, bem como aprimorar a programação de eventos no Museu;
- estabelecer projetos e parcerias contínuos, mediante possibilidade de recursos material e humano disponíveis, em conformidade com um calendário regular a ser trabalhado anualmente;
- promover a frequente avaliação interdisciplinar das atividades propostas.

2.5.1 SUBPROGRAMA DE VISITAS MEDIADAS

O Museu de Arte Religiosa e Tradicional desenvolve visitas tanto para o público escolar e outros grupos como para os visitantes espontâneos, que têm a oportunidade de conhecer as peças que compõem o acervo do Museu e as exposições temporárias que o Museu abriga.

A visitação será desenvolvida segundo os seguintes critérios: visitação mediada para escolas ou grupos com agendamento prévio, a fim de se determinar o perfil de público e o planejamento da visita específica ao Museu; visita sem mediação para escolas não agendadas, com a presença de monitor para o esclarecimento de eventuais dúvidas; e, finalmente, visita sem mediação para visitantes/grupos sem agendamento, a ser estruturada segundo a política institucional de visitação do Mart.

Atualmente, o Mart necessita da ampliação do quadro de profissionais com perfil de atendimento ao público. Para tanto, pretende-se a contratação de, pelo menos, dois estagiários, ambos estudantes de cursos de licenciatura, preferencialmente de História, através de parcerias ou convênios com faculdades da Região, a fim de atuar no atendimento a grupos, aproveitando as vagas de estágio já disponibilizadas.

2.5.2 SUBPROGRAMA DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CULTURAIS

O desenvolvimento de atividades pedagógico-culturais busca contribuir para a consciência patrimonial e estimular em diversos públicos pré-definidos o hábito de se frequentar museus e centros culturais.

Para cumprir esse objetivo, o Mart promove eventos culturais, em parceria com artistas regionais e convidados. As atividades visam a ser desenvolvidas sempre voltadas para seus públicos específicos. Estes, por sua vez, seriam estudantes de escolas públicas e particulares, crianças residentes no entorno do antigo Convento, jovens em situação de risco social, dentre outros.

O Museu também investe na realização de atividades da tradição religiosa local para a promoção desses saberes, tendo por objetivo a aproximação com a comunidade católica da região, uma vez que o Mart está localizado em um antigo convento franciscano e que seu acervo é de arte sacra.

Com o intuito de sistematizar essas ações, pretende-se implantar um calendário de atividades pedagógico-culturais voltado para datas comemorativas relacionadas à cultura e à temática do Museu, além de desenvolver eventos que fazem parte da agenda permanente do Instituto Brasileiro de Museus: a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus.

2.5.3 SUBPROGRAMA DE CURSO DE PATRIMÔNIO CULTURAL PARA PROFESSORES

O Curso de Patrimônio Cultural foi criado em 1994 com o objetivo de suprir a demanda de informações dos profissionais do ensino acerca das questões do patrimônio cultural. Posteriormente, o público-alvo foi ampliado, passando a abranger também profissionais da área do turismo, jornalistas e taxistas.

Tendo em vista os resultados positivos obtidos nas edições anteriores, pretende-se retomar a realização dos Cursos de Patrimônio direcionados para os profissionais do ensino, com o objetivo de capacitar esse público acerca das questões vinculadas ao patrimônio regional e nacional, especialmente no que concerne ao antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos e ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional.

A proposta visa à realização de um curso por ano para um determinado público-alvo, que seriam professores do primeiro e do segundo ciclos do Ensino Fundamental das escolas das redes municipal e estadual. O curso seria ministrado por profissionais vinculados ao patrimônio da

região e ao Ibram, com o apoio de recurso didático especificamente preparado para essa proposta.

2.5.4 PROJETOS

- Implantar política de ações para o trabalho junto às escolas, através da elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico;
- estimular ações educativo-culturais de longo prazo;
- sistematizar atividades destinadas a variados públicos-alvo;
- reimplantar os Cursos de Patrimônio Cultural para Professores do Ensino Fundamental da rede pública de ensino;
- desenvolver um calendário de atividades educativo-culturais.

2.6 PROGRAMA DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa no Mart pretende subsidiar atividades de comunicação e educação patrimonial e programas institucionais que envolvem a região, voltados prioritariamente para as demandas referentes à constituição de um plano de atividades para o Museu, no período 2012 – 2014. Entende-se como demandas para pesquisa o favorecimento de instrumentos para se pensar políticas institucionais e para a democratização de bens culturais associados ao acervo do Mart.

A abrangência regional das atividades relacionadas ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional vincula-se regularmente a alguns municípios da Região dos Lagos/Costa do Sol, sendo a proposta institucional de estreitamento desses laços na atividade de pesquisa. A expressão região do Cabo Frio é recorrente, sendo freqüentemente utilizada por pesquisadores regionais. Historicamente, a região de Cabo Frio engloba uma gama de municípios, estendendo-se de Maricá até Macaé.

Na contemporaneidade, a delimitação de fronteiras imaginárias para a região relaciona-se às definições de regiões turísticas no estado do Rio de Janeiro, Região dos Lagos ou Costa do Sol.

Segundo o IBGE, a Região dos Lagos/Costa do Sol abrange os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema. A Secretaria de Estado de Turismo do Governo do Rio de Janeiro ainda inclui os municípios de Carapebus e Quissamã.

É importante a definição de um recorte espacial que determine a condução dos trabalhos. Tem-se por referência, neste recorte inicial, institucional, as cidades Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e São Pedro da Aldeia. Estes municípios, limítrofes à cidade, também possuem vínculos políticos associados ao passado recente da região de Cabo Frio, pois, até o final do século XX, eram alguns distritos do município sede do Mart. Pela identificação histórica e cultural, a referência a esses três municípios será norteadora do trabalho de pesquisa em seus subprogramas, quando for necessário ultrapassar os limites da cidade de Cabo Frio.

2.6.1 - SUBPROGRAMA DE PESQUISA DE PERFIL DE PÚBLICO

A pesquisa de público vem sendo cada vez mais utilizada em museus e centros culturais por ser um eficiente instrumento para detectar possíveis necessidades da instituição, bem como definir o perfil do seu público, constituindo-se em um eficiente canal de comunicação do museu com a sociedade. As pesquisas de público abrangerão três tipos diferentes de estudo. Em primeiro lugar, pretende-se focar a população da cidade de Cabo Frio, moradores e turistas, no sentido de avaliar o nível de conhecimento ou desconhecimento do Mart, bem como saber as suas preferências e hábitos culturais. Em um segundo momento, o público-alvo serão os visitantes espontâneos do museu, excluindo o público escolar, o qual será trabalhado em um terceiro momento. As três pesquisas adotarão a aplicação de questionários como metodologia e, apesar de terem um foco diferenciado, têm um objetivo em comum: conhecer o perfil do público para que o Mart possa planejar e adequar suas futuras atividades, bem como direcionar sua programação e divulgação.

2.6.2 - SUBPROGRAMA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

A pesquisa pretende delinear os dilemas do trabalho com patrimônio cultural na região, que tem como principal foco o turismo de sol e praia, visando a avaliar a maneira como se

estabelece a relação entre esses dois potenciais na cidade sede do Mart. Essa proposta vem a reforçar a integração museu e sociedade ao propor o resgate de elementos históricos vinculados à região do Cabo Frio e a integração de municipalidades com características comuns a serem mais trabalhadas na atividade turística através de iniciativas para a difusão do patrimônio cultural regional, em especial o de caráter religioso. E justifica-se pelo Museu de Arte Religiosa e Tradicional localizar-se no Convento Nossa Senhora dos Anjos, monumento exemplar da arquitetura franciscana do século XVII. Como produto final da pesquisa propõe-se a elaboração de uma rota do turismo cultural sob o enfoque inicial de atrativos turísticos associados à tradição religiosa católica local, que poderá ser expandida a cidades da região dos Lagos com base em um projeto-piloto.

2.6.3 - SUBPROGRAMA DE INFORMAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS

Tem como ponto de partida a detecção da necessidade de se organizar as informações referentes ao Convento Nossa Senhora dos Anjos. A sistematização de dados - trabalhados cotidianamente, a partir de fontes secundárias - pretende subsidiar a abordagem de diferenças e diversidades culturais interligadas ao processo de compreensão das identidades culturais regionais, segundo reflexões sobre esse patrimônio, com a abordagem da inter-relação entre os sujeitos históricos envolvidos com o antigo Convento. Seu objetivo final visa a instrumentalizar o trabalho educativo e o de comunicação com o público com base na pesquisa histórica. Relaciona-se, portanto, à geração de processos que possibilitem o acesso ao bem cultural, no caso, a sede do Mart. Ressalta-se que tal projeto não se limita à periodicidade deste Plano. Seu desenvolvimento é impulsionado nesta etapa, mas sua realização, contínua, visto que o mesmo fornece subsídios para sua constante complementação e para a pesquisa em fontes primárias.

2.6.4 - SUBPROGRAMA DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Para a consecução desse objetivo será necessária contratação de uma empresa, especializada na execução de serviços de pesquisa arqueológica. Visa a identificar estruturas físicas e objetos remanescentes da história do Convento Nossa Senhora dos Anjos, em locais

correspondentes às ruínas do monumento preservadas pelo Iphan; e ao entorno próximo, cujo terreno está ocupado irregularmente por casas de moradia. Pretende-se ainda realizar a pesquisa arqueológica no adro frontal do antigo Convento, objetivando reconhecer os aspectos urbanos que delimitavam o monumento. Seu objetivo final é proporcionar subsídios para intervenções que visem a qualificar a estrutura física do Museu, com melhorias na edificação, além do incremento de informações que possibilitem ampliar os trabalhos relacionados aos programas educativos e culturais da instituição.

2.6.5 SUBPROGRAMA DE ICONOGRAFIA RELIGIOSA

A arte sacra foi o começo e a única manifestação artística implantada no Brasil colônia nos primeiros tempos depois da descoberta. O Mart guarda um acervo de valor inestimável, fundamental para a compreensão da produção artística do período na região. Suas coleções guardam objetos únicos e repletos de simbolismo, porém ainda pouco estudados.

A fim de complementar a catalogação do acervo museológico e fornecer subsídios para a realização de exposições e ações educativas, pretende-se realizar pesquisa que contemple aspectos hagiológicos, iconográficos e estilísticos do acervo, em especial daqueles que aqui estavam antes da criação do museu e que fazem parte da história do convento de Nossa Senhora dos Anjos.

Um estudo das representações plásticas existentes nas coleções do Mart ressaltando as particularidades de cada invocação, cada símbolo, possibilitará a análise do nosso passado artístico através da expressão da arte religiosa católica, da arte ligada à liturgia e dos objetos sagrados do culto que fizeram parte do cotidiano de frades e da devoção da população cabofriense ao longo dos últimos séculos.

2.6.6 PROJETOS

- Realizar a pesquisa de público em suas três modalidades: em sentido geral, moradores e visitantes de Cabo Frio; e específico, os visitantes do Mart e o público estudantil;

- investigar a relação do patrimônio cultural e o turismo de sol e praia e seus efeitos na região através de: pesquisa teórica e pesquisa de demanda turística para análise do potencial turístico local relacionado ao patrimônio cultural religioso;
- organizar e pesquisar informações relativas à historiografia do Convento Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio;
- desenvolver a avaliação do potencial arqueológico histórico do Convento Nossa Senhora dos Anjos, por meio de contratação de empresa especializada para este fim;
- realizar pesquisa iconográfica do acervo do Mart.

2.7 PROGRAMA ARQUITETÔNICO

2.7.1 ESPAÇO FÍSICO E INSTALAÇÕES

O Mart encontra-se instalado no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos – bem tombado pelo Iphan em 1957. A área que corresponde ao museu é distribuída entre:

Local	Medidas*	Descrição/Função
Sala de exposição do pavimento térreo	A = 68m ² P.D = 2.90m	Sala de exposições de curta / longa duração: dividem espaço exposições temporárias e acervo permanente
Sala de exposição do pavimento superior	A = 67m ² P.D = 3.23m	Sala de exposição de longa duração (acervo permanente): abriga peças que fizeram parte da história do Convento de Nossa Senhora dos Anjos
Antessala do Coro	A = 17m ² P.D = 2.57m	Abriga os postos de trabalho de duas áreas técnicas distintas: Museologia (01 servidor) e Educativo (01 servidor + 01 estagiário)
Coro	A = 42m ² P.D = 3.30m	Funciona principalmente como sala de reuniões (internas e externas) e como depósito de

		acervo museológico e outros materiais.
Antessala da Torre	A = 17.50m ² P.D = 1.93m	Abriga a área de História (01 servidor + 01 estagiário) e grande parte do acervo museológico
Torre (sala dos sinos)	A = 17.50m ²	Abriga os postos de trabalho da Administração (02 servidores)
Antiga recepção (entrada)	A = 17m ² P.D = 2.90m	Atualmente abriga exposição temporária sobre Arqueologia. No novo projeto, está previsto um setor de telefonia e o retorno da recepção para o local.
Igreja Conventual	A = 195.00m ² A = 160.00m ² (Nave) P.D = 10.40m A = 35.00m ² (Altar-Mor) P.D = 9.36m	Área expositiva utilizada também para ensaio do Coral da Terceira Idade, palestras, concertos, apresentações artísticas em geral e serviços religiosos.
Jardim Interno (Antigo Claustro)	A = 416.00m ²	Área ao ar livre utilizada para realização de atividades educativas e reuniões (internas e externas). Potencial para exposições itinerantes.
Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional - NBEAHR	A = 17.50m ² P.D = 4.00m	Biblioteca do Museu. Abriga dois postos de trabalho: Bibliotecário (01 servidor) e Assistente Técnico (01 servidor)
Depósito/Arquivo (Antiga Sacristia)	A = 17.57m ² P.D = 2.91m	Apesar de extremamente úmido, o local abriga a maior parte do arquivo institucional e funciona como depósito de acervo museológico, materiais de limpeza e outros materiais diversos.

Banheiro / Cozinha	A = 7.60m ²	Único banheiro e pequena cozinha (sem local para refeições)
--------------------	------------------------	---

***A planta utilizada atualmente foi feita por estudantes da UFF e há a necessidade de serem refeitas certas medições para que o Museu possa contar com uma planta mais detalhada.**

2.7.2 HISTÓRICO DAS INTERVENÇÕES

Três anos após o tombamento do monumento pelo Iphan (1957) já havia o projeto para intervenções em diversas áreas do antigo Convento. Obras que teriam sido efetivadas a partir de 1961, quando feita obstrução de vazios nas paredes dos muros do claustro, com chapiscos e colocação de telhas; bem como outras pequenas intervenções. Cinco anos após, em 1966, seriam executadas obras no telhado do cemitério da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Cabo Frio, reparos nos chapiscos dos muros do claustro e outras obras.

Os muros e paredes do Convento, originalmente confeccionados com pedra e argamassa de cal (constituída de óleo de baleia e conchas moídas), sofriam com a ação do tempo, agravada pelas características naturais da região, e a excessiva ventania que carrega a areia das dunas provocando uma espécie de efeito abrasivo. Dez anos após o tombamento do monumento, eram realizadas intervenções de maior porte, com a escavação do pátio para retirada de aterro, obras para a estrutura e levantamento das paredes da ala frontal, hoje reconstruída, com o telhado; assim como diversas outras intervenções visando à recuperação do monumento, como a reconstrução do alpendre da entrada e a demolição para a construção de nova escada para a torre sineira.

Segundo o arquiteto responsável pelas obras, Edgard Jacintho da Silva, a reconstrução de parte da edificação, tendo-se por base as fontes de informação disponíveis, foi uma medida de exceção, como forma de impedir que as ruínas do Convento também desaparecessem com o tempo. Dessa iniciativa, com vistas a salvaguardar o monumento, seria criado em 1968, o Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Nessa época, as obras eram mantidas, quando aberta uma parede, para adaptação de um armário na sala atrás do altar-mor (nicho de São Joaquim), e encontrados vários fragmentos de terracota de uma escultura de um frade, atualmente em exposição no Mart. Outras intervenções ocorreram visando a adaptar o espaço para um museu, como a construção de dois banheiros junto aos muros dos fundos e a abertura de uma cisterna no antigo claustro, o que resultou na descoberta de outra imagem, também exposta.

Em 1974 as obras no antigo claustro e ala frontal, bem como a fachada e adro já estavam concluídas. E o prédio permanecia fechado sob os cuidados de zeladores. Neste ano, por meio de um novo acordo, a Igreja conventual seria repassada à guarda do Iphan, para integrar o espaço expositivo do Museu. Não é possível precisar a data da intervenção para a recuperação deste espaço, havendo relatos de máquinas no seu interior durante o ano seguinte. De fato, em 1990, após a restauração dos retábulos, o templo foi integrado como espaço expositivo da instituição.

A documentação existente também dá pistas da reconstrução do platô gramado em frente ao antigo Convento, provavelmente pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio, seguindo determinação acordada com o Patrimônio Nacional. Segundo documentação iconográfica, as obras teriam acontecido antes da abertura definitiva no Museu, ainda na década de 1970.

Quando da abertura do Mart ao público - apenas as salas que compõem a ala frontal recuperada - , o acervo então exposto ficava no primeiro pavimento, protegido por uma grade de madeira e ferro que era aberta e fechada todos os dias. Ainda durante a década de 1980, foi recuperada a área da torre sineira para abrigar o setor administrativo do Museu, o gabinete da direção e o NBEAHR. O Escritório Técnico da 6ª Superintendência Regional do Iphan passaria a funcionar no coro da Igreja conventual.

Até a década de 1990 a área correspondente à antiga sacristia era mantida fechada - assim como a Igreja conventual - devido ao mau estado de conservação. No início deste decênio, são realizadas obras de drenagem para estancar infiltrações na antiga sacristia e, também, no antigo claustro. As águas pluviais desta área, sem escoamento, estavam invadindo as salas do primeiro andar. Nesta obra, foram recuperados objetos que hoje integram o acervo do Museu.

Já a drenagem da parte externa da igreja conventual, com vistas à preservação da antiga sacristia, era necessária para sanar os danos no local, prejudicado devido a uma ocupação irregular de moradias. As casas, oficialmente conhecidas em 1961, estão posicionadas ilegalmente sobre um aterramento de mais de dois metros sobre os alicerces do que seriam a senzala e a área de serviços do antigo Convento. Atualmente, várias casas estão consolidadas, inclusive, com dois pavimentos.

Entre o final de 1992 e início do ano seguinte, a antiga sacristia foi adaptada para funcionar como o Escritório Técnico da 6ª Superintendência Regional do Iphan, no segundo andar, e depósito no primeiro. Até o ano de 2010 a antiga Sacristia abrigou o Escritório Técnico, passando a acolher todo o Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional quando da transferência da sede regional do Iphan para outro município.

Ainda no intervalo dos anos 92-93, também ocorreram obras nos telhados para conter infiltrações, houve a imunização de barrotes, pisos e forros e a execução de instalação elétrica, telefônica e hidráulica, bem como outras intervenções pontuais. E, em seguida, obras nos banheiros, resultaram na adaptação de um deles para cozinha e dispensa.

Em 1997, procederam-se novos trabalhos na área de elétrica associados ao projeto luminotécnico para o museu. Nesse mesmo ano, várias obras foram realizadas: pintura e reparo para a conservação das fachadas, para a contenção de umidade do terreno. Nos telhados, para estancar infiltrações na sala de exposição permanente, na torre sineira e em parte da Igreja conventual. Houve também a pintura das esquadrias e parte interna da igreja conventual. Ainda, ocorreu a drenagem dos contrafortes na ala frontal do Museu.

Em 1999, por ocasião no Mart da exposição “O Brasil de Portinari”, a equipe da Petrobrás procedeu à pintura da sala de exposição temporária e recepção do Museu e a colocação de novos spots. Ainda neste ano, até o ano seguinte, a equipe de serviços gerais da 6ª Superintendência Regional, sob a supervisão técnica do arquiteto Jorge Campana, realizou a substituição dos telhados da nave principal da Igreja conventual e da antiga sacristia, com colocação de manta impermeabilizante na nave.

Em 2003, nova exposição, “Exposição Pau-Brasil em Nossas Raízes”, resultaria em outra parceria com melhorias para o Mart. A Diretoria do Patrimônio Cultural da Marinha cedia a mão de obra de militares do Batalhão Naval do Rio de Janeiro, com apoio da Capitania dos Portos de Cabo Frio, para pintura de caiação externa do prédio.

Outras obras de manutenção seriam executadas até o ano seguinte: caiação interna do prédio, revisão parcial dos telhados, reparos e pintura em esquadrias, substituição de tábuas nos pisos do coro e ante-sala do coro, substituição do forro no banheiro, restauração de portas, desinfestação de cupins de solo e de madeira. Acontecia ainda a ampliação da carga e revisão dos quadros de distribuição e instalações elétricas e equipamentos de iluminação. Em 2004, seria construída a rampa móvel para acesso de deficientes.

Em 2006, a grade de ferro que protegia o arco em cantaria da sala de exposições temporárias foi substituída pela porta de vidro temperado, garantido maior proteção ao acervo. Na oportunidade, aconteceu a instalação de paravento na porta principal da Igreja conventual. Foram também realizadas obras de adequação de banheiros, copa e cozinha e nova descupinização no interior do edifício.

Em 2008, durante trabalhos de escavação para instalação de tubulação e reservatório de água para atender ao sistema de combate a incêndio do Museu, foram localizados vestígios arqueológicos de uma parede e outros, provavelmente, de uma cozinha que pertenceria à área das escravas que trabalhavam no Convento.

Em 2009, obras na parte elétrica foram executadas em toda a área do Convento: Cemitério e Capela da Ordem Terceira, recepção do Mart, salas de exposição temporária e exposição permanente, coro, torre sineira, área da antiga sacristia e jardim.

Atualmente, por conta da ação do tempo, o monumento encontra-se desprovido de manutenção em vários pontos de sua estrutura.

2.7.3 SITUAÇÃO ATUAL DO MONUMENTO

Hoje, as principais carências do Mart são o reduzido espaço físico e a completa falta de infraestrutura. Apesar de ter ganhado o pequeno espaço atrás do altar com a saída do Escritório Técnico do Iphan das dependências do antigo Convento, os postos de trabalho ainda estão distribuídos de forma precária, em áreas que deveriam fazer parte do circuito de visitação. Não possuem iluminação adequada e acesso a internet e telefone em alguns pontos.

A sala de exposição permanente, no piso superior, já estava sem luz há algum tempo e desde o dia 28 de janeiro de 2012, após um princípio de incêndio causado por curto-circuito nas instalações elétricas, o Museu encontra-se totalmente sem energia em todas as suas dependências, tendo os servidores que usarem recursos próprios para trabalhar. Desde o ocorrido o monumento está aberto parcialmente ao público externo, mesmo em condições precárias, para a realização de eventos, reuniões e para abrigar exposições temporárias, aguardando novo projeto elétrico (o projeto tem previsão para ser executado no período inicial de aplicação deste Plano Museológico).

Para a execução do projeto elétrico é necessária a realização de obras no telhado, que já extremamente danificado em diversos pontos, permite a entrada de chuva nas dependências do museu e agrava o surgimento de infiltrações. O telhado precisa de obras urgentes de consolidação, substituição de telhas quebradas e da manta impermeabilizante. Além do telhado, o forro também precisa de reparo e substituição de tábuas.

As paredes sofrem com a umidade do terreno e com as falhas no telhado. Precisam de análise detalhada das rachaduras, para verificação de riscos relativos ao comprometimento da estrutura do edifício. Com muito limo, mofo e marcas de umidade, as paredes precisam de tratamento e posterior caiação.

O piso em lajotas tem grandes buracos em diversos pontos, podendo causar acidentes. As ripas de madeira que sustentam o coro (local de trabalho, reuniões e de guarda de acervo) apresentam sinais de umidade e ao longo dos últimos anos tiveram suas dimensões reduzidas, necessitando de análise mais detalhada quanto ao peso que atualmente suportam. As portas e janelas necessitam de reparo e substituição de materiais.

Não há um local adequado para acondicionamento do acervo museológico, que por falta de uma área destinada à reserva técnica, está distribuído nos mais diversos locais dentro das dependências do Convento, dividindo espaço com servidores e em locais cujo acesso é impossível ser restrito. O NBEAHR, por conta de suas reduzidas dimensões não tem como expandir seu acervo e não tem como atender aos pesquisadores externos.

O antigo convento sofre com os cuidados necessários à conservação do prédio e com as restrições impostas a um bem tombado, especialmente no que diz respeito a intervenções arquitetônicas para a construção de novos espaços. Faz-se fundamental um estudo específico da área para que possa ser adaptada a nova realidade do monumento, tendo assim, um melhor aproveitamento do espaço. Além da adaptação do espaço, é imprescindível a aquisição/construção de um anexo para o Mart, a fim de possibilitar a expansão do circuito de visitação e fornecer espaço adequado para os acervos e locais de trabalho com mais infraestrutura para os servidores.

O Museu possui apenas um banheiro (que funciona como banheiro masculino e feminino, tanto para servidores e terceirizados quanto para visitantes), o que se mostra insuficiente, especialmente em dias de grande visitação e/ou eventos. A cozinha é improvisada, sem espaço para refeições e com carência de equipamentos.

O Mart nem sempre conta com água para consumo dos servidores e terceirizados, tendo os mesmos que providenciar galões às suas próprias custas. Dessa forma, o Mart não tem como disponibilizar água aos visitantes, o que causa enorme constrangimento, especialmente no caso de escolas que vem visitar o museu. É preciso a realização de um estudo sobre a

qualidade da água e viabilidade do uso de água encanada para a instalação de bebedouros públicos.

Há ainda a necessidade urgente de adaptação do bem como um todo para a recepção de pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, desenvolvendo projetos de acessibilidade compreendendo, entre outros, a construção de sanitários acessíveis e a adaptação dos espaços expositivos. O Mart já conta com um diagnóstico preliminar de acessibilidade realizado pela UFRJ, não tendo sido ainda possível, por falta de recursos, a elaboração de um projeto para este fim.

Está sendo realizado um estudo para a mudança da recepção do Museu (que atualmente encontra-se na entrada da Igreja Conventual) para o local em que estava instalada anteriormente e que hoje, funciona como uma pequena sala de exposições temporárias. Atualmente a recepção encontra-se impossibilitada de crescer sua atuação, por estar dentro da Igreja, e impossibilitada de contar com os equipamentos necessários a partir da vinda de recepcionistas contratadas. Mudando a entrada do Museu para a porta de entrada da torre sineira, será possível um maior controle de entrada e saída de visitantes, assim como uma maior delimitação do espaço aberto ao público e maior acessibilidade funcional.

2.7.4 PROJETOS

- Revisão e execução do projeto elétrico;
- restauração parcial do monumento (telhados, forros e paredes) e obras gerais de manutenção;
- desenvolvimento do projeto de acessibilidade física;
- estudo de viabilidade para implantação de bebedouros, ampliação da cozinha e do quantitativo de banheiros;
- reestruturação da recepção do Mart;
- adequação dos ambientes de trabalho e dos locais de guarda dos acervos;
- aquisição de anexo para o Museu.

2.8 PROGRAMA DE SEGURANÇA

Segurança patrimonial é o conjunto de normas ou procedimentos relacionados com o dia a dia da segurança, isto é, uma política que compreende a logística de funcionamento de um local e todas as suas interfaces, visando a adoção de medidas que forneçam, preventivamente, segurança às pessoas e ao patrimônio.

O plano de segurança visa prevenir todas as situações adversas ao cotidiano da instituição, seja um furto, roubo, sequestro, incêndio, etc, tratando de forma planejada as ações que deverão ser tomadas conforme a sua realidade.

As táticas preventivas poderão ser barreiras físicas e/ou eletrônicas, tais como controle de acesso pessoal, de veículos, normas de segurança para servidores, prestadores de serviço e visitantes, tendo em vista que as medidas recomendadas e as atribuições da segurança patrimonial se aplicam a todos.

A sua construção pressupõe um processo participativo, que inclua as informações de todas as instâncias do órgão e não apenas da vigilância operacional, para depois de concluído ser validado pela direção, com a perspectiva de atualização permanente.

A elaboração de um plano de segurança para museus destaca a proteção dos acervos, porém a vida humana sempre está em primeiro lugar, pois a integridade física dos servidores, prestadores de serviço e visitantes deve ser prioritária.

Por outro lado, quando os bens patrimoniais não se encontram protegidos adequadamente, pode-se expor as pessoas que ocupam o interior da edificação a riscos.

Os três elementos a serem protegidos e considerados no projeto de segurança são:

- pessoas (servidores, prestadores de serviço, visitantes);
- patrimônio (o edifício como bem patrimonial, acervos, equipamentos);
- informações (dados catalográficos, registros, banco de dados).

2.8.1 SUBPROGRAMA DE PADRONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EM SITUAÇÕES DE RISCO

Visando estabelecer um padrão de procedimento no que diz respeito às situações que envolvam princípio de incêndio ou incêndio propriamente dito, faz-se imprescindível prever a criação e o treinamento de uma Brigada de Incêndio, ou seja, de uma equipe de emergência que atue ativamente para que incêndios sejam evitados ou controlados antes que causem sérios danos.

A brigada de incêndio é definida na norma brasileira ABNT- NBR como “grupo organizado de pessoas preferencialmente voluntárias ou indicadas, treinadas e capacitadas para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, no abandono de área e nos primeiros-socorros, dentro de uma área preestabelecida”.

Outra necessidade fundamental é a definição do Plano de abandono, cujo objetivo é assegurar uma utilização eficiente e segura das rotas de fuga disponíveis em caso de emergência.

Os treinamentos adequadamente planejados garantem a evacuação ordenada, sob controle e evita o pânico, pois promovem a ordem e controle nos simulados de abandono. A rapidez na evacuação é desejável, mas não é prioritária, pois deve prevalecer a manutenção da disciplina.

O plano de abandono deve considerar as características físicas do edifício e as exigências locais das regulamentações quanto às saídas de emergência, sua localização e seu dimensionamento. Mapas do andar devem mostrar as rotas de fuga e ser afixados em locais visíveis do museu.

Um fator crucial no planejamento de rotas de fuga e procedimentos de abandono é obter condições para que todos possam deixar o edifício no menor tempo possível.

O plano deve incluir a descrição de incumbências particulares de alguns servidores e/ou prestadores de serviço (brigadistas), tais como:

1. manter os serviços essenciais;
2. auxiliar no abandono;
3. verificar se todos abandonaram (através do ponto de encontro);
4. contar o número de pessoas;
5. dar assistência para os primeiros-socorros.

2.8.2 SUBPROGRAMA DE SEGURANÇA DO MONUMENTO E ENTORNO

O edifício é o baluarte da instituição e de seu acervo. Conhecer bem a edificação, seus pontos fortes e frágeis é essencial. No caso do Mart, assim como no de muitos outros museus, o edifício é inteiramente tombado e isso demanda cuidados adicionais, pois, em caso de qualquer sinistro, o edifício não é só o baluarte, como simultaneamente é também o conteúdo a ser preservado. Faz-se, portanto, necessário empreender um plano específico que oriente as ações emergenciais que devam ser adotadas para com o próprio edifício, ressaltando áreas de maior valor patrimonial a serem priorizadas, assim como cuidados especiais com parcelas da edificação que ofereçam maior fragilidade de combustão, de inundação, de intrusão, etc.

Ainda é preciso levar em conta que a proteção perimetral é bastante debilitada e a atuação da vigilância do Mart é limitada às dependências da construção. O museu encontra-se em uma área com grande circulação de pessoas, com altos índices de assalto na cidade e o policiamento do entorno é extremamente deficiente, apesar dos ofícios já enviados à Secretaria Municipal de Ordem Pública.

O Museu está realizando um mapeamento inicial das áreas vulneráveis à ação de invasores, porém é necessária a elaboração de uma análise mais detalhada, feita por profissional da área de segurança em museus, para que possam ser indicadas as adaptações necessárias para garantir efetivamente a segurança do monumento em todas as suas dimensões.

Além disso, é preciso que seja implantado um sistema de intrusão e furto e que haja a manutenção do sistema de detecção e combate a incêndio, sem funcionamento há anos.

2.8.3 SUBPROGRAMA DE SEGURANÇA DO ACERVO

De acordo com o Manual de Segurança em Museus, publicado pelo Ibram/MinC, no ano de 2011:

“Garantir a segurança física do acervo museológico significa protegê-lo de uma série de ações que podem ter origem no próprio homem, assim como na natureza, as quais podem ser acidentais ou intencionais. Essa segurança física deve ser garantida por medidas preventivas e de proteção, projetadas e implementadas com base num plano elaborado de acordo com as necessidades da instituição e as características do seu acervo.”

A proteção física ou guarda do acervo é o objetivo básico de um museu e a razão de sua existência.[...]” (p.10)

Casos de furtos e roubos em museus são frequentes e no conjunto do patrimônio cultural brasileiro, os objetos de arte sacra, especialmente dos séculos XVII, XVIII e XIX, são um dos principais alvos de cobiça nos mercados nacionais e internacionais. Por isso é necessário que se estabeleça padrões de controle mais eficientes no que se refere a circulação de público nas áreas de guarda de coleções. É preciso estabelecer normas de controle e permissão ao acesso, que juntamente com a elaboração de normas de checagem diária dos acervos, da política de chaves e da implantação de um sistema de monitoramento através de circuito fechado de televisão, possam auxiliar também a inibição de ações de furto, roubo e vandalismo.

Além dos fatores humanos, é importante que todos os servidores e terceirizados do Mart saibam como lidar com os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico com relação aos eventos climáticos e às deficiências da construção que possam colocar em risco a integridade das obras, como é o caso do surgimento de goteiras e infiltrações. Esses deslocamentos emergenciais devem ser registrados em formulário próprio e imediatamente comunicados à direção e ao setor do Museu responsável pelo acervo em questão.

Atualmente, não existe nenhum controle no que diz respeito a movimentação do acervo museológico dentro das dependências do Museu, seja pelos motivos expostos acima ou por outras necessidades geradas pela falta de espaço para a realização de atividades rotineiras, o que põe em risco a segurança das peças e dificulta sua localização. Para solucionar esta situação, pretende-se ter um maior controle através da ferramenta disponível no sistema DONATO, na qual o servidor da área de Museologia responsável pelo acervo e pelo acesso ao banco de dados deverá, juntamente com a direção do Museu, autorizar a movimentação de determinada peça (exceto nos casos emergenciais) e cadastrar esta informação no sistema.

É importante também que os funcionários e a vigilância tenham conhecimento dos materiais constituintes dos acervos para em caso de incêndio saberem como proceder com a utilização dos extintores específicos para cada tipo de material e que se estabeleça uma ordem de prioridade na retirada dos acervos em caso de sinistro.

A elaboração de um plano de segurança que contemple os acervos do Museu, que normatize as entradas e saídas de obras e que preveja todas as situações de vulnerabilidade a que possam estar sujeitas, visa garantir a sua preservação e sua segurança, limitando e antecipando os riscos de degradação e alienação.

2.8.4 SUBPROGRAMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV

Visando o aprimoramento do sistema de segurança do Mart para minimizar riscos aos servidores, visitantes e prestadores de serviço, favorecer a ação da vigilância e garantir a integridade do acervo, foi solicitada a implantação de um sistema de vigilância eletrônica composto por câmeras de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) para ser instalado nas áreas de maior circulação e acesso ao monumento.

Cada câmera digital deverá processar a imagem identificando padrões de comportamento que possam comprometer a segurança do ambiente monitorado, maximizando a atenção dos agentes durante o tempo de vigilância monitorada no local.

O principal propósito do projeto de CFTV é complementar as medidas de segurança passivas e estender o raio de observação da equipe de vigilância. Este sistema de segurança permite o armazenamento das imagens, auxiliando na prevenção e investigação de roubos, além de intimidar atos criminosos.

2.8.5 SUBPROGRAMA DE PROCEDIMENTO PARA USO DO MATERIAL SOB GUARDA DA ADMINISTRAÇÃO E EMPRÉSTIMO DE EQUIPAMENTOS PARA TERCEIROS

A Administração do Mart é responsável pela guarda dos seguintes equipamentos:

- Data Show e (01) telão;
- (01) Câmera fotográfica NIKON;
- Dois (02) Microfones sem fio e uma (01) caixa de som.

Este material está à disposição da área técnica do museu e de terceiros, objetivando o uso em eventos ou atividades finalísticas, desde que solicitados com a antecedência mínima de 1 (uma) semana, via formulário próprio com a assinatura do técnico responsável.

Para uso no museu, cuja prioridade deverá ser sempre respeitada, o servidor da Administração irá proceder a montagem dos equipamentos para o uso e fará o recolhimento após o término do evento/atividade.

No caso de atividade externa, a pessoa interessada deverá assinar um termo de empréstimo com todos os dados do equipamento, inclusive o estado de conservação, devendo pegá-lo e devolvê-lo

na presença de um servidor, assinando o termo de devolução após ser feita a análise das condições do mesmo.

Esse procedimento visa à guarda dos equipamentos e a integridade dos mesmos, a fim de que estejam sempre em condições de uso para o cumprimento da missão institucional do museu.

2.8.6 PROJETOS

- Elaboração e implantação do Plano de Segurança do Mart;
- implantação do CFTV e treinamento da vigilância, equipe de servidores e terceirizados;
- padronização dos procedimentos para empréstimo de equipamentos;
- controle de movimentação interna de acervo.

2.9 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO

Quando o Mart encontrava-se sob a administração do Iphan, a não realização de concurso público visando a contratação de pessoal e a inexistência de uma política clara para aplicação de recursos financeiros ou materiais era uma realidade difícil de ser contornada, o que sem dúvida alguma contribuiu para levar o museu a um longo período de estagnação.

Com a criação do Demu dentro da estrutura organizacional do Iphan, houve um avanço significativo e os recursos eram mais direcionados para esta área, porém insuficientes para o atendimento das necessidades do conjunto de museus face ao longo período que ficaram sem receber investimentos.

Os problemas estruturais recorrentes se apresentam como uma característica dos prédios que abrigam os museus (Unidades Museológicas III) que integram a estrutura organizacional do Iphan, pois os mesmos não foram concebidos para serem museus, mas para um determinado fim: conventos, casas de fundição, etc.

A inexistência da aplicação de recursos nas áreas estruturantes se deve à falta de projetos para embasar os procedimentos licitatórios e, ano após ano, vemos uma demonstração equivocada do percentual de “Solicitado x Realizado”, como se o planejamento das necessidades do museu fosse

inadequado, quando na realidade a dinâmica de funcionamento do DPGI acarreta a falta de tratamento dos projetos encaminhados.

A criação das Unidades Gestoras é indispensável para descongestionar o DPGI e para agilizar os processos de aquisição de materiais, bens e/ou a contratação de serviços.

Considerando a presença de administradores formados e atuando na área fim do órgão há no mínimo 2 anos, torna-se imprescindível uma qualificação mais direcionada a estes, a fim de que possam adquirir conhecimento específico visando a utilização dos sistemas SIAF, SIAPE, SIASG.

Sem dúvida alguma a implementação de tais procedimentos representaria um avanço significativo para os museus que são colocados à margem dos processos enquanto são tratados pelo DPGI, ou seja, sem retorno até que o exercício esteja encerrado e nada mais possa ser feito, visto que a morosidade no envio de respostas sobre os Projetos Básicos com valores dispensáveis de licitação não se justifica.

Outra medida bastante simples seria a concessão de Suprimento de Fundos, que promoveria agilidade no atendimento das demandas imediatas do museu. Busca-se a descentralização como forma de agilizar as ações administrativas, otimizar as decisões da direção e permitir que a equipe do museu esteja ciente das possibilidades de criação e execução das atividades finalísticas.

No histórico de encaminhamento dos Planos de Ação a partir de 2010, observamos que o % de execução demonstra uma relação que não condiz com os esforços da direção do Mart no sentido de prover o museu com os meios necessários ao seu pleno funcionamento. Uma análise mais coerente se mostra através da relação entre os PI's abertos e os recursos descentralizados, onde fica nítida a pequena destinação de verba para o atendimento dos pleitos do museu.

Nestes últimos três anos (2010 a 2012), os projetos se repetiram nos encaminhamentos e as análises da CEMAE/DEPMUS e DPGI, que subsidiam estas necessidades, não foram concluídas e os assuntos permanecem sem solução, aguardando o próximo ano para serem novamente solicitados, o que nos leva a observar a ausência de uma lógica de planejamento.

Retorno é a palavra de ordem, é preciso situar a direção do museu quanto ao atendimento das ações possíveis, ou então finalmente dar-lhes autonomia administrativa de acordo com os limites orçamentários disponibilizados.

2.9.1 – PLANOS DE AÇÃO 2010 - 2012

Segue a relação dos projetos encaminhados e o status de cada um conforme as informações repassadas (ou não) pela Administração Central e demais departamentos do Ibram.

PLANOS DE AÇÃO ENVIADOS - 2010 A 2012					
PROJETO	2010	2011	2012	VALOR	STATUS: ATENDIDO (SIM/NÃO)
CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MUSEUS					
CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA	X	X		R\$ 7.500,00	NÃO
OFICINA DE PRÁTICA DE HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PEQUENOS REPAROS EM OBRAS DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO	X	X		R\$ 3.800,00	NÃO
FOMENTO A PROJETOS NA ÁREA MUSEOLÓGICA					
ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO CLAUSTRO DO ANTIGO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DOS ANJOS	X			R\$ 150.000,00	NÃO
CORPUS CHRISTI	X	X	X	R\$ 7.200,00	SIM
DESCOBRINDO O MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL		X		R\$ 6.980,00	NÃO
DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MART	X		X	R\$ 6.000,00	NÃO
II SEMANA DE HISTÓRIA: EM BUSCA DE NOSSOS VESTÍGIOS		X		R\$ 13.530,00	NÃO
INVENTÁRIO DA ARTE DA PESCA ARTESANAL EM ARRAIAL DO CABO. CULTURA MATERIAL E IMATERIAL.		X		R\$ 5.750,00	NÃO
MART NO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA DA CRIANÇA/ADOLESCENTE EM VULNERABILIDADE SOCIAL (PROTEJO)	X			R\$ 50.000,00	NÃO
PESQUISA DAS ORDENS RELIGIOSAS NA REGIÃO DOS LAGOS (2ª ETAPA)	X			R\$ 20.000,00	NÃO
PRODUÇÃO DE EDIÇÃO DE CATÁLOGO TRILINGUE E EM BRAILE	X			R\$ 45.000,00	NÃO
PUBLICAÇÃO DA REVISTA MUSart		X		R\$ 67.000,00	NÃO
REALIZAÇÃO DE VÍDEOS - DOCUMENTÁRIOS	X			R\$ 30.000,00	SIM
RESTAURAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO NÚCLEO DE BIBLIOTECA ESPECIALIZADA DO MUSEU		X		R\$ 7.000,00	SIM

RESTAURAÇÃO DO CILIAR DE AZULEJOS		X		R\$ 22.200,00	NÃO
RESTAURAÇÃO DO CONJUNTO DOS RETÁBULOS DA IGREJA CONVENTUAL E DOS PAINÉIS DO TETO DA CAPELA MOR	X	X		R\$ 315.000,00	NÃO
RESTAURAÇÃO E REPRODUÇÃO DE PEÇAS DO ACERVO DO MART	X	X	X	R\$ 40.700,00	NÃO
REVITALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE BIBLIOTECA ESPECIALIZADA EM ARTE SACRA E ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL	X	X		R\$ 20.000,00	NÃO
FUNCIONAMENTO DE MUSEUS DA UNIÃO					
ADEQUAÇÃO DE BANHEIROS E COPA		X		R\$ 60.000,00	NÃO
CIRCUITO FECHADO DE TV			X	R\$ 7.832,00	NÃO
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DIAGNÓSTICO ARQUITETÔNICO		X		R\$ 70.000,00	NÃO
LOCAÇÃO DE ANEXO PARA O MART	X	X		R\$ 70.000,00	NÃO
OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO TELHADO DO MART		X		R\$ 120.000,00	NÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA		X		R\$ 7.320,00	SIM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA DDD E DDI		X		R\$ 10.200,00	SIM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA LOCAL		X		R\$ 12.120,00	SIM
PROJETO DE ACESSIBILIDADE DO MART	X	X		R\$ 49.800,00	NÃO
SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA INTRUSÃO E FURTO	X	X		R\$ 43.000,00	NÃO
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA					
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE PARA O NUCLEO DE BIBLIOTECA DO MART		X	X	R\$ 4.800,00	NÃO
MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE		X	X	R\$ 16.030,00	NÃO
MOBILIARIO (READEQUAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO)		X	X	R\$ 30.000,00	NÃO
PREVISÃO DE DIARIAS PARA SERVIDORES DO MART		X	X	R\$ 4.036,60	NÃO (2011) e SIM (2012)
USO DO CARRO INSTITUCIONAL		X		R\$ 7.500,00	NÃO
IDENTIFICAÇÃO E INVENTÁRIO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS					

REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DO MART		X		R\$ 21.650,00	NÃO
MODERNIZAÇÃO DOS MUSEUS					
AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITÁRIO PARA TRANSPORTE DE SETE PESSOAS	X			R\$ 65.000,00	NÃO
AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (PARA OS NOVOS SERVIDORES)	X			R\$ 15.000,00	SIM
AQUISIÇÃO DE OBRAS DE REFERENCIA		X	X	R\$ 4.700,00	NÃO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONORIZAÇÃO DE ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	X			R\$ 8.000,00	NÃO
DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FILMOGRAFICOS		X		R\$ 3.000,00	NÃO
PROMOÇÃO E INTERCAMBIO DE EVENTOS MUSEOLOGICOS					
A HISTORIA FRANSCISCANA EM CABO FRIO ATRAVES DO TEATRO		X		R\$ 25.000,00	NÃO
AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS		X		R\$ 18.000,00	NÃO
CURSO DE PATRIMONIO CULTURAL		X		R\$ 16.750,00	NÃO
EXPO FIBRA		X		R\$ 11.480,00	NÃO
EXPOSIÇÃO TEMPORARIA NOS JARDINS DO MART		X		R\$ 1.560,00	NÃO
MUSICA DÁ FUTURO		X		R\$ 11.500,00	NÃO
PROJETO MUSICOS DO BRASIL		X		R\$ 73.000,00	NÃO
TOTAL				1.604.938,60	

2.10 PROGRAMA DE DIFUSÃO E DIVULGAÇÃO

O Mart não dispõe atualmente de um programa dedicado exclusivamente à difusão institucional. O museu sofre com a pouca divulgação que obtém junto à população da região do Cabo Frio e de outras localidades no Estado, acima de tudo, pela falta de investimento e pela ausência da figura de um assessor de comunicação.

A equipe do Mart tem procurado intensificar a divulgação na internet de todos os eventos através da Ascom/Ibram, usuários do Facebook e dos parceiros e visitantes registrados em mala direta.

Mas ainda é necessário ampliar estas ações de divulgação através das redes sociais e das mídias locais, e através da criação de um boletim informativo periódico.

Para que melhor se possa investir na divulgação, será fundamental um projeto de sinalização externa para o Museu. Poucas pessoas identificam o funcionamento de uma instituição museológica no local, já que não existe sinalização externa no monumento. O Ibram ainda é pouco difundido na cidade e muitos ainda acham até hoje que no antigo convento funciona exclusivamente o escritório técnico do Iphan.

Ainda com fins de sinalização, seria de grande valia para a divulgação do monumento a inserção da indicação do Museu nas placas de “Sinalização de Orientação Turística” presentes ao longo do perímetro urbano da cidade de Cabo Frio (assim como são indicados outros pontos turísticos na cidade).

Uma grande demanda por parte dos visitantes é sobre a disponibilidade de material explicativo impresso. Muitos turistas estão acostumados a receber folderes e/ou folhetos em outros museus, já que além de ser um importante instrumento para complementar a visita, este tipo de material proporciona uma mídia espontânea, possibilitando atrair novos públicos.

Existia o projeto de uma publicação periódica contendo temas relativos ao Museu, seu acervo e às tradições e manifestações religiosas ainda existentes na região. A iniciativa contribuiria para a divulgação do Mart e para a preservação do patrimônio material e imaterial da região. Apesar de já finalizada, por questões orçamentárias a primeira edição da revista MUSart nunca chegou a ser publicada. Para que o conteúdo não se perca, estamos estudando a proposta de atualizar a revista e lança-la em formato digital, disponibilizada gratuitamente.

2.10.1 PROJETOS

- Placa de sinalização externa com o nome do Museu e a marca do Ibram;
- impressão e distribuição de cartaz e folder sobre o monumento do Convento Nossa Senhora dos Anjos, o Museu e seu acervo;
- revisão da revista Musart nº1 para publicação de edição especial comemorativa dos 30 anos do Mart, disponibilizada em meio digital no site do Ibram;
- solicitação da inclusão de indicação para o Museu nas placas de trânsito;

- criação de boletim informativo periódico em meio eletrônico;
- divulgação na Internet: Facebook, Wikipedia, TripAdvisor, site do Ibram e Intranet.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade – Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. Cabo Frio, RJ: Banco do Brasil, 2003.
- CADERNO de diretrizes museológicas I. Brasília: MinC/Iphan/Demu. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.
- CAMARGO-MORO, Fernanda. *Museu: Aquisição-Documentação*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.
- CUNHA, Maria José de Assunção. *Iconografia Cristã*. Ouro Preto: UFOP/IAC, 1993.
- CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.
- DI MAMBRO, Galba. *Iniciação à organização de arquivos*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005. (Apostila de Curso)
- DUCATTEAU, Florence. *Visitando um museu*. São Paulo: Brinque-Book Saber, 2011.
- ETZEL, Eduardo. *Arte Sacra – Berço da Arte Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.
- FINAGEIV, Belmira (org.). *Carta à cidade de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: IBPC, 1994.
- GRUNBERG Evelina; HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; MONTEIRO Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- HANSEN, Guttorm. *Cabo Frio: dos tamoios à álcalis*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1988.
- INSTITUTO Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020*. Brasília: MinC/Ibram, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. RJ: Record, 1999.
- MASSA, Hilton. *Cabo Frio: nossa terra, nossa gente ...* Rio de Janeiro: Dinograf, 1986.
- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri & CARNEIRO, Janderson Bax. *Os índios na História da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Graflina, 2010.
- MUSEOLOGIA Roteiros Práticos. *Segurança de Museus – nº 4*. São Paulo: Edusp/Vitae, 2003.

MUSEU de Arqueologia de Itaipu – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Plano museológico 2007-2010*. Niterói, RJ, 2007.

MUSEU de Arte Religiosa e Tradicional – Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Museológico 2009 – 2011*. Cabo Frio, RJ, 2009.

MUSEU Socio Ambiental / Museu de Arqueologia de Itaipu – Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Museológico 2011-2014*. Niterói, RJ, 2011.

NOVAIS, Fernando (coord) & SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. SP: Companhia das Letras, 1997. (Volume 1)

OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. SP: Pioneira, 1976.

ONO, Rosaria; MOREIRA, Kátia Beatris Rovaron. *Segurança em Museus - Cadernos Museológicos Vol.1*. Brasília: MinC/Ibram, 2011.

RÖWER, Frei Basílio. *Páginas de História Franciscana no Brasil*. Esboço histórico e documentado de todos os Conventos e Hospícios fundados pelos Religiosos franciscanos da Província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, desde 1591 a 1758, e das Aldeias de Índios administradas pelos mesmos Religiosos desde 1692 a 1803 (com estampas). Segunda edição revista e aumentada. Petrópolis: Ed. Vozes, 1957.

SANTA MARIA, Agostinho de, frei, (1642-1728). *Santuário Mariano, e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora: tomo décimo, e último*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007.

VAINFAS, Ronaldo (organizador). *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. RJ: Objetiva, 2001.

Internet:

<www.cabofrioturismo.com.br>

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/04022003peh.shtm>>

<<http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>>

<www.museuhistoriconacional.com.br>

<www.museuimperial.gov.br>

<www.masp.masp2010/servicoeducativo>

<<http://remrj.blogspot.com.br/>>

<<http://www.rem.org.br/rj/>>

Documentação Primária:

Arquivo Noronha Santos – Iphan

Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico do Mart – Ibram

Outros:

Depoimento de Ezequiel Melo, 1º funcionário do Museu de Arte Religiosa e Tradicional. Gravado em 15/01/2011 em Cabo Frio, RJ.

Material textual fornecido durante o II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas. Aprendendo com as conquistas, compreendendo os desafios, realizado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, de 15 a 18 de novembro de 2011.

ANEXO I - REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO DO MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL

CAPÍTULO I DA VINCULAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º - O Museu de Arte Religiosa e Tradicional é unidade museológica vinculada ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, integrante da estrutura do Ministério da Cultura –MinC, fruto de um convênio firmado com a Mitra Diocesana de Niterói e com a Fraternidade de São Francisco da Penitência, cujo período de vigência é de 50 anos, expirando em 2018.

Art. 2º - O Museu de Arte Religiosa e Tradicional tem por finalidade promover a valorização do patrimônio cultural e a difusão da arte sacra católica, através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo integrado aos elementos da tradição religiosa regional.

Art. 3º - Segundo o Decreto Nº 6845, de 7 de maio de 2009, seção V, artigo 19, compete ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional, assim como às demais unidades museológicas:

- I. Administrar os bens e recursos sob sua guarda e responsabilidade;
- II. Elaborar, desenvolver e manter atualizado seu Plano Museológico;
- III. Propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a educação, o lazer, o desenvolvimento e a valorização das comunidades em que estão inseridos, em consonância com as diretrizes do IBRAM;
- IV. Propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a preservação, pesquisa, comunicação e valorização do patrimônio musealizado, de forma democrática e participativa, em consonância com as diretrizes do IBRAM;
- V. Promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural em sua área de atuação e em consonância com as diretrizes do IBRAM;
- VI. Garantir o acesso amplo e democrático do público às dependências do museu, aos seus programas, serviços e informações, bem como ao conhecimento ali produzido;
- VII. Manter permanente espírito colaborativo, de intercâmbio e de solidariedade com todas as demais unidades do IBRAM;
- VIII. Desenvolver e implementar programas e projetos de formação, valorização e aprimoramento profissional para suas equipes.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O Museu de Arte Religiosa e Tradicional tem a seguinte estrutura:

- I. Conselho Consultivo;
- II. Direção;
- III. Assessoria de Comunicação;

- IV. Coordenação Técnica (Divisões: Educativo, Museologia, Núcleo de Biblioteca e Arquivo Histórico Regional);
- V. Coordenação Administrativa (Divisões: Apoio Administrativo e Pessoal, Logística e Manutenção, Recepção).

Art. 5º - O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:

- I. O Diretor do Museu de Arte Religiosa e Tradicional, que será seu presidente;
- II. O Coordenador Técnico;
- III. O Coordenador Administrativo;
- IV. O Assessor de Comunicação;
- V. Um representante de cada museu da cidade de Cabo Frio;
- VI. Um representante do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Cabo Frio;
- VII. Um representante do IPHAN;
- VIII. Um representante da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência;
- IX. Um representante da Igreja Católica vinculado à Arquidiocese de Niterói.

§ 1º- O assessor de comunicação atuará na qualidade de relator do Conselho, sem direito a voto.

§ 2º- Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares das instituições e entidades representadas e serão designados pelo diretor do MART.

§ 3º- Poderão ser convidados a participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Consultivo especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado.

§ 4º - A presença do representante nas reuniões é indispensável e sua ausência por três vezes consecutivas o abdicará do direito de permanecer no Conselho.

Art. 6º - A participação nas atividades do Conselho Consultivo será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º - Compete ao Conselho Consultivo:

- I. Promover a articulação entre o MART e as instituições relacionadas à história de Cabo Frio;
- II. Estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades no âmbito das finalidades do MART;
- III. Estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade nas atividades do MART;
- IV. Propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos para melhor desempenho e desenvolvimento das atividades do MART;
- V. Apreciar e sugerir ações para o planejamento anual de atividades do MART;
- VI. Emitir opiniões e apreciar o Plano Museológico;
- VII. Participar do diagnóstico institucional do MART;
- VIII. Apreciar o Relatório Anual do MART.

§ 1º -O Conselho delibera por votação, tomando-se a maioria simples dos votos dos membros presentes à reunião.

§ 2º - O Plano Museológico, o diagnóstico institucional e o relatório anual serão apreciados pelo Conselho apenas a título de conhecimento, e não de deliberação.

§ 3º -O mandato dos membros do conselho será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução, por indicação da instituição a qual representa.

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada semestre e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Único – O quórum para a realização das reuniões será de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros votantes.

Art. 9º - A Diretoria será composta por um diretor e este será designado pelo presidente do IBRAM.

Art. 10º - Compete à Diretoria:

- I. Apresentar ao DEPMUS o planejamento anual do MART;
- II. Coordenar a elaboração e execução do Plano Museológico do MART;
- III. Coordenar a elaboração do Relatório Anual a ser apresentado ao DEPMUS;
- IV. Encaminhar ao DEPMUS o inventário atualizado do acervo museológico, arquivístico e bibliográfico do MART;
- V. Realizar ou coordenar pesquisas, estudos e trabalhos próprios de diversas áreas do MART;
- VI. Coordenar a aquisição, a guarda e a preservação do acervo cultural representado por peças e objetos de valor histórico e artístico nos termos das condições previstas na Política de Aquisição e Descarte de Acervo do MART e submetidas à apreciação da administração do IBRAM;
- VII. Garantir o registro e o processamento técnico do acervo, segundo as normas da museologia;
- VIII. Realizar a inspeção permanente no acervo do Museu;
- IX. Colaborar no planejamento e organização de projetos específicos de instalações e equipamentos museográficos;
- X. Orientar e supervisionar a visitação, bem como as atividades das diversas áreas;
- XI. Garantir a manutenção, conservação e restauração do monumento que abriga o Museu, bem como de seu acervo;
- XII. Coordenar e aprovar a elaboração dos Planos de Ação e dos Projetos Básicos;
- XIII. Executar as demais atribuições que lhe forem conferidas em ato específico de delegação de competência.

Art. 11º - Os recursos financeiros do Museu de Arte Religiosa e Tradicional serão provenientes de:

- I. Dotações orçamentárias da União;
- II. Doações.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS COORDENAÇÕES

- I. Assessoria de Comunicação;
- II. Coordenação Administrativa;
- III. Coordenação Técnica;

Art. 12º - Compete à Assessoria de Comunicação:

- I. Promover a difusão da instituição junto aos veículos de comunicação adequados e, quando necessário, o diálogo institucional, a partir do que a Direção decidir em conjunto com as Coordenações Técnica e Administrativa;
- II. Promover a articulação entre o MART e as diversas instituições do meio cultural;
- III. Promover a comunicação interna referente à rotina de trabalho entre os servidores do MART;
- IV. Estabelecer uma metodologia adequada para a divulgação dos projetos, mantendo a mala direta atualizada de acordo com o público-alvo de cada evento;
- V. Estabelecer uma política de contato permanente com os meios de comunicação de massa;
- VI. Definir e adotar normas e procedimentos técnicos relativos à informação, divulgação e promoção do Museu e de sua identidade visual, de acordo com as orientações da Assessoria de Comunicação do IBRAM;
- VII. Promover a comunicação interna e externa do calendário anual de programação educativa e cultural da instituição, de acordo com o estabelecido pela Direção em conjunto com a Coordenação Técnica;
- VIII. Planejar, elaborar e implementar pesquisas de opinião acerca da qualidade dos serviços oferecidos, bem como proceder a análises qualitativas e quantitativas dos dados coletados;
- IX. Trabalhar a imagem institucional do Museu, de acordo com normas próprias de aplicação, por meio de material gráfico de divulgação, de projetos e exposições;
- X. Fazer cumprir as normas de cessão de espaço e uso de imagem, em conjunto com a Administração, na realização de eventos na instituição;
- XI. Enviar periodicamente a programação das atividades do MART para a assessoria de comunicação do IBRAM;
- XII. Desenvolver e manter atualizados os suportes informativos para a difusão institucional interna e externa (periódico, site, etc).

Parágrafo único - Os procedimentos a serem utilizados na comunicação do Museu adotarão como referência padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente pelas áreas especializadas e as diretrizes legais vigentes.

Art. 13º - À Coordenação Administrativa compete:

- I. Aperfeiçoar procedimentos referentes à administração do Museu;
- II. Planejar e coordenar a execução das atividades relativas às áreas de recursos humanos;
- III. Atender as demandas da área técnica na execução das atividades e eventos promovidos no Museu;
- IV. Elaborar os Planos de Ação da área administrativa e assessorar na elaboração dos demais;
- V. Elaborar Projetos Básicos visando a finalização da contratação de bens e serviços;

- VI. Revisar termos de referência para contratação de serviços e aquisição de materiais;
- VII. Fiscalizar contratos e acompanhar processos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços;
- VIII. Realizar inspeções periódicas das instalações prediais e redes de infraestrutura, zelando pela segurança do prédio por meio da adoção de medidas preventivas de segurança contra roubo, incêndio e outros sinistros, passíveis de provocar riscos ao acervo, visitantes, servidores e funcionários;
- IX. Orientar questões relativas à vigilância, logística, manutenção, terceirização, serviços gerais e demais aspectos administrativos.

Art. 14º - À Coordenação Técnica compete:

- I. Coordenar e supervisionar o planejamento e execução das atividades de pesquisa, organização, preservação, exposição e comunicação dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico do MART;
- II. Coordenar atividades expositivas, culturais e educativas em conformidade com o planejamento anual;
- III. Supervisionar o atendimento aos visitantes;
- IV. Atualizar todos os dados referentes ao MART, como o Cadastro Nacional de Museus, junto à administração central do IBRAM;
- V. Apreciar e sugerir ações para o planejamento anual do MART.

Art. 15º - Os cargos de Coordenador Técnico e Administrativo serão ocupados exclusivamente por servidores pertencentes ao quadro de pessoal do IBRAM.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS DIVISÕES

Art. 16º - À Divisão do Educativo compete:

- I. Produzir projetos político-pedagógicos relacionados à temática do Museu;
- II. Planejar e promover programas, projetos, cursos, seminários, oficinas e atividades culturais e educativas relacionados aos temas da região do Cabo Frio, do museu e de seus acervos, em conformidade com o planejamento anual;
- III. Agendar visitas orientadas de grupos escolares e outros grupos;
- IV. Atender grupos de estudantes e outros, previamente agendados ou não, para visitas orientadas ao Museu, e posteriormente, registrá-las;
- V. Manter mala direta e cadastro atualizados de professores, escolas e outros ligados à área educativa do museu;
- VI. Definir e adotar normas e procedimentos técnicos relativos à ação educativa do museu;
- VII. Produzir programas e materiais educativos adequados aos diferentes públicos, promovendo a inclusão social;
- VIII. Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, a fim de garantir a regularidade do desenvolvimento do processo educativo;
- IX. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no ou pelo Museu.

Art. 17º - À Divisão de Museologia compete:

- I. Vistoriar periodicamente o acervo com vistas à avaliação do seu estado de conservação e da necessidade de eventuais serviços de restauração, emitindo laudos técnicos quando solicitado;
- II. Supervisionar e assegurar a higienização periódica do acervo;
- III. Monitorar as condições e registrar temperatura e umidade nas salas de exposição, interior das vitrines e armários;
- IV. Promover a pesquisa, registro, identificação e classificação do acervo;
- V. Elaborar e monitorar projetos da área museológica;
- VI. Pronunciar-se sobre aquisições, pedidos de cedência temporária ou depósito de bens culturais pertencentes a outras instituições;
- VII. Assegurar a realização de exposições temporárias, através da elaboração de editais públicos anuais;
- VIII. Propor a revisão periódica da exposição de longa duração, sempre que se fizer necessário;
- IX. Colaborar na elaboração de estudos e projetos destinados à preservação do patrimônio material e imaterial, visando a manutenção da identidade e da memória local.

Art. 18º - À Divisão do Núcleo de Biblioteca Especializada e Arquivo Histórico Regional compete:

- I. Reunir, selecionar, tratar e preservar o material bibliográfico e arquivístico;
- II. Garantir a conservação e manutenção periódica do acervo bibliográfico e arquivístico;
- III. Organizar e gerenciar o material informativo, bibliográfico, especial (multimídia) e documental das áreas de especialização do MART;
- IV. Manter o inventário dos acervos (bibliográfico, especial e documental) atualizado e em instrumento apropriado;
- V. Planejar a execução das atividades de pesquisa, organização e preservação do acervo bibliográfico e arquivístico do MART;
- VI. Fazer o levantamento, sistematização e análise de fontes secundárias e primárias referentes ao Convento de Nossa Senhora dos Anjos e ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional;
- VII. Levantar a documentação de elementos tradicionais da região que atendam aos objetivos da instituição e visem a processos de construção da memória, difusão e desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural;
- VIII. Desenvolver projetos de pesquisa que possibilitem o diagnóstico socioeconômico e cultural da região dos Lagos fluminense, como ferramenta para outros trabalhos no campo de atuação museal;
- IX. Desenvolver e acompanhar os projetos culturais e artísticos, isoladamente ou em parceria com outras áreas do Museu;
- X. Atuar junto à elaboração de material para a difusão do Museu;
- XI. Divulgar seu acervo por meio de projetos institucionais e trabalhos acadêmicos;
- XII. Promover o atendimento a estudantes de cursos de graduação e a estudiosos;
- XIII. Manter o controle de usuários no setor em instrumento próprio e encaminhá-lo à direção periodicamente.

Art. 19º - À Divisão de Apoio Administrativo e Pessoal compete:

- I. Manter, atualizar e encaminhar registros referentes aos servidores do Museu;
- II. Encarregar-se da elaboração de quaisquer documentos relativos à pessoal;
- III. Executar as atividades de protocolo, movimentação, controle, expedição e arquivo de expedientes;
- IV. Encarregar-se de recebimento, controle, guarda, e distribuição do material de consumo, permanente e equipamentos;

- V. Manter o controle físico dos bens patrimoniais, zelar pela sua conservação e promover os reparos que se fizerem necessários;
- VI. Preparar expedientes administrativos oficiais e revisar a redação de documentos institucionais;
- VII. Desenvolver atividades de controle, pedido, recebimento, conferência e armazenagem de materiais e suprimentos;
- VIII. Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos através do controle de uso e empréstimo.

Art. 20º - À Divisão de Logística e Manutenção compete:

- I. Coordenar a equipe terceirizada nos serviços de conservação e higienização do prédio e do acervo geral do museu;
- II. Atuar junto ao setor de museologia no acompanhamento e controle de térmitas, insetos e roedores realizado pelas empresas especializadas;
- III. Atuar junto ao setor de museologia na higienização do altar e das imagens do acervo, na montagem e deslocamento de peças da exposição permanente e também das exposições temporárias;
- IV. Verificar periodicamente a conservação e integridade de todos componentes do sistema de detecção de fumaça e combate à incêndio, do sistema de hidrantes e mangotinhos;
- V. Supervisionar a limpeza e manutenção de bens patrimoniais móveis e imóveis, incluindo a limpeza das áreas de trabalho, expositivas, áreas externas e jardins;
- VI. Realizar a manutenção periódica das caixas e condutores elétricos, calhas, telhado, retirada de plantas daninhas e casa de bomba;
- VII. Receber e conferir os materiais de limpeza e de conservação;
- VIII. Realizar a limpeza periódica das galerias externas do entorno do museu para evitar o acúmulo de água e lixo;
- IX. Realizar a lubrificação periódica das ferragens (fechadura, dobradiças e o eixo do galo que fica acima da torre sineira).

Art. 21º - À Divisão de Recepção compete:

- I. Atender o público e registrar o acesso de visitantes às dependências do museu;
- II. Realizar mensalmente o controle de bilheteria e da estatística de visitação;
- III. Assegurar a salvaguarda do acervo no sentido de orientar o público sobre as normas internas de visitação;
- IV. Garantir as condições para realização de visitas orientadas, no tocante ao asseio das dependências do museu, registro de ocorrências e sistematização da visitação nos plantões de final de semana e feriados;
- V. Comercializar e manter o controle da venda dos produtos disponíveis na loja do museu;
- VI. Encaminhar e direcionar os visitantes para o setor competente.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22º - O Diretor poderá instituir formalmente Grupos de Trabalho e Comissões Especiais, em caráter permanente ou transitório, para fins de estudos ou execução de atividades específicas de interesse do Museu de Arte Religiosa e Tradicional.

Art. 23º - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Diretor, tomando-se por base os instrumentos de delegação de competência adequados.